

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Uma criança como outra qualquer? A criança transexual em diálogo
com a Teoria Queer**

BIANCA NEVES BORGES DA SILVA

SÃO CARLOS/SP
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Uma criança como outra qualquer? A criança transexual em diálogo
com a Teoria Queer**

BIANCA NEVES BORGES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para o exame de qualificação como Mestre na linha: Educação, Cultura e subjetividade

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Braga Moruzzi

**SÃO CARLOS/SP
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Bianca Neves Borges da Silva, realizada em 07/06/2019:

Profa. Dra. Andrea Braga Moruzzi
UFSCar

Profa. Dra. Jane Felipe de Souza
UFRGS

Prof. Dr. Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa
UFSCar

Inconfortável

Inocência
Desprotege
Não vê, não percebe
Descobre-se estranho
Pelo outro
E dói
Ver em outros olhos
Sua caricatura
Quem entenderia
Tamanha loucura
Acreditar ser
O que realmente se quer ser
Não o que está (im)posto
Pois, se desperta desgosto
Melhor
Pois sigo do lado oposto

Virgínia Guitzel

DEDICATÓRIA

A todos os viajantes

“A imagem da viagem me serve, na medida em que a ela se agregam ideias de deslocamento, desenraizamento, trânsito. Na pós-modernidade, parece necessário pensar não só em processos mais confusos, difusos e plurais, mas, especialmente, supor que o sujeito que viaja é, ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante. É possível pensar que esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida, na qual o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto. A imprevisibilidade é inerente ao percurso. O motivo da viagem se altera no meio do caminho; uma vez alcançado, o objetivo deixa de ser importante e se converte em outro; os sujeitos podem até voltar ao ponto de partida, mas são, em alguma medida, "outros" sujeitos, tocados que foram pela viagem. Por certo também há, aqui, formação e transformação, mas num processo que, ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e desajustes de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante”. (LOURO, 2004, p. 17)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus/Universo que trouxe para o meu caminho a oportunidade de viver a experiência da pós-graduação. Agradeço à minha família que me incentivou e continua a incentivar a sempre buscar ser alguém melhor para mim e para a sociedade; agradeço pela rede de apoio, de amigos queridos, e todas as pessoas que de uma forma ou de outra acompanharam e contribuíram em algum momento com essa trajetória. Agradeço especialmente à minha orientadora, amiga e parceira de militância Prof^a Andrea Moruzzi, pelos seis anos de caminhada repleta de lutas, conquistas, alguns tombos e aprendizados. Obrigada pela confiança, orientação e compreensão. A espera de dois anos para entrar no mestrado, valeu muito! Agradeço ao respaldo e contribuições do Programa de Pós-Graduação em Educação e aos professores presentes nesta banca que, sem dúvida, irão enriquecer muito esta pesquisa. Especialmente agradeço à minha namorada Alana que me incentivou a mudar o tema da pesquisa quando minha vontade era desistir e também me ajudou a encontrar algo que fizesse sentido à minha carreira. Agradeço por ser luz na minha vida. Também agradeço por ter acreditado em mim e me incentivado a sair dos moldes e normas que tanto vou problematizar ao longo desta dissertação e os quais por mais de vinte anos estive totalmente imersa neles. Sem ela, esse trabalho sequer existiria, eu sequer seria quem sou hoje, e possivelmente estaria reproduzindo discursos heteronormativos para continuar a me esconder. Por fim, ainda agradeço ter acompanhado sua aluna autodenominada Princesa. O que será da Princesa no futuro não sabemos, mas acompanhar informalmente a vida de uma criança não normatizada foi enriquecedor e motivador. Obrigada Princesa, por personificar este trabalho. Que essa dissertação contribua e respalde todas as pessoas que se sentirem contempladas com as discussões aqui postas. Gratidão!

RESUMO

Este trabalho tem como foco as discussões sobre crianças que não se identificam e manifestam uma contrariedade em seguir normas e padrões de gênero pré-estabelecidos socialmente. Tais padrões são fortemente estabelecidos dentro das instituições igreja, família e escolas e estão enraizados numa lógica heteronormativa e binária que não só anulam as várias formas de se expressar e viver das crianças, como violam seus direitos básicos enquanto seres humanos. Há também outro lado, onde essas mesmas crianças estão sendo retratadas nas mídias de uma maneira talvez, tão violenta quanto as que são tratadas nas demais instituições. Estão sendo classificadas, medicalizadas, analisadas por especialistas como desviantes e anormais. Para cumprir com o objetivo de analisar como essa criança transgênero é inventada e apresentada à sociedade pela mídia televisiva brasileira, que hoje se consolidou como um dos maiores meios de comunicação e informação em massa, realizamos: (a) uma pesquisa bibliográfica com o levantamento de todas as notícias encontradas no buscador *google.com* entre os anos de 2010 a 2018 que tratavam da temática de crianças transgênero; (b) levantamento teórico com as publicações acadêmicas sobre a mesma temática e no mesmo recorte temporal no buscador *googlescholar.com* a fim de compreender o que as pesquisas têm debatido sobre essas crianças; (c) análise da vídeo reportagem sobre “Coy” produzido pelo programa “Fantástico”. A análise teórica deste trabalho está pautada nos estudos Queer e em reflexões que se coadunam no paradigma não identitário, problematizando a forma pela qual as identidades são construídas, sejam elas quais, quantas e como forem. Tentamos com essa pesquisa contribuir com o debate revelando a violência vivida por crianças que são negligenciadas em suas singularidades, não têm suas vontades respeitadas e são ridicularizadas quando tentam viver de alguma maneira os seus desejos, e ao mesmo tempo, o processo de engessamento que ocorre quando as colocam em uma nova categoria que é igualmente identitária.

Palavras Chave: Crianças. Infâncias. Gênero. Teoria Queer. Transexualidade.

ABSTRACT

This paper focuses on discussions about children who don't identify themselves and express a disagreement with following socially pre-established gender norms and standards. Such standards are strongly established within church, family, and school institutions and are rooted in a heteronormative and binary logic that not only nullifies children's various ways of expressing and living, but violates their basic rights as human beings. There is also another side, which is that these same children are being portrayed in the media in a way perhaps as violent as those treated in other institutions. They are being classified, medicalized, analyzed by experts as deviant and abnormal. To fulfill the objective of analyzing how this transgender child is invented and presented to society by the Brazilian television media, which today has consolidated itself as one of the largest mass media and information, we conducted: (a) a bibliographic research with the survey of all news found on the google.com search engine from 2010 to 2018 dealing with the theme of transgender children; (b) theoretical survey with academic publications on the same theme and at the same time frame in the googlescholar.com search engine, in order to understand what the academic field has debated about these children; (c) analysis of the video report about "Coy" produced by the program "Fantástico". The theoretical analysis of this work is based on Queer studies and reflections that fit the non-identity paradigm, problematizing the way in which identities are constructed, whatever, how many and how they are. With this research we try to contribute to the debate by revealing the violence experienced by children who are neglected in their singularities, do not have their wishes respected and are ridiculed when they try to live their desires in some way, and at the same time, the process of plaster that occurs when they put them in a new category that is equally identity.

Keywords: Children. Childhoods. Genre. Queer theory. Transsexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Motivação inicial para a pesquisa	10
Demarcando conceitos	11
Objetivos e justificativas	13
CAPÍTULO 1 - AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E(OBJEÇÃO) DO DEBATE TRANS	18
1.1 O Movimento Escola Sem Partido	23
CAPÍTULO 2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	25
2.1 Procedimentos metodológicos	26
2.2 Fundamentação Teórica: A sexualidade a partir de Foucault	26
2.3 A Teoria Queer	30
2.3.1 Teoria Queer e educação	35
CAPÍTULO 3 : CRIANÇAS TRANS NO DEBATE ACADÊMICO	39
3.1 Algumas reflexões	60
CAPÍTULO 4. “COY É UMA CRIANÇA TRANSEXUAL”	63
4.1 Constituindo os percursos de análise	65
4.2 A representatividade do programa Fantástico no Brasil	68
4.2.1 A fantástica história de Coy	70
CAPÍTULO 5. A INVENÇÃO DA CRIANÇA TRANS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA QUEER.....	80
6. PARA FINALIZAR SEM CONCLUIR	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

Motivação inicial para a pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a maneira pela qual as crianças chamadas transexuais ou transgêneros estão sendo visibilizadas nas pesquisas acadêmicas e na mídia digital no período de 2010 a 2017/2018.

O aspecto motivador dessa pesquisa parte da minha prática com crianças da Educação Infantil desde 2011, inicialmente como estagiária, e há três anos como professor. Desde então tenho percebido que crianças são bombardeadas com informações, práticas e condutas que partem de uma visão binária de vida, de modo a segregarem em sujeitos de uma sexualidade, seja ela masculina, feminina ou mais recentemente, transgênera.

Bebês e crianças são massivamente inseridos em “caixas” que carregam regras sobre a maneira pela qual devem pensar, agir, interagir, falar, brincar, vestir, entre outras práticas. Exemplos comuns, e até muitas vezes, considerados naturais, como a cor rosa para meninas pintarem e se vestirem, e azul para os meninos. Nos momentos de brincar: carrinhos e bolas são entregues para os meninos e bonecas para as meninas, ou meninas vão brincar de casinha, sendo professoras, mães, enquanto os meninos podem correr, lutar, serem super-heróis. A separação de banheiros pelo sexo biológico também se faz palco de grandes tensões no contexto escolar. Vê-se como perigosíssimo o ato de um menino usar o banheiro que possui a placa escrita “meninas”. Esses e outros exemplos mostram como as jornadas dentro das escolas de Educação Infantil são totalmente divididas pela dualidade meninos e meninas, assim como a dinâmica de funcionamento, professores, funcionários, a família gira em torno dessa divisão. Com o tempo as próprias crianças tornam-se vigias da norma e a norma é: meninos fazem coisas de meninos e meninas fazem coisas de meninas.

A partir desses aspectos passei a questionar de onde vem tais normas, discursos, práticas? Por que o movimento de engessar e impor normas sexistas desde crianças são tão intensos? Enquanto parte da sociedade temos reproduzido esses processos que parecem ser densos e complexos, mas de que maneira temos nos apropriado e passado

adiante essa forma de impor quem o outro é, o que ele deve fazer e por consequência o preço que ele paga caso não aceite entrar nos padrões da normalidade de gênero? Percebi concomitantemente que a mídia televisiva é atualmente um dos maiores meios de comunicação em massa e uma das formas pelas quais as pessoas recebem todo esse pacote de discursos e práticas que devem ser cumpridas e fiscalizadas na sociedade. Mas em que momento da história o foco midiático voltou-se para as questões de sexualidade e por que esse movimento ocorreu? Desta forma, analisar como a mídia apresenta a crianças dita transgênero define meu objetivo de pesquisa. Mais adiante irei explicar de forma mais detalhada as justificativas e objetivos que norteiam esse trabalho. No entanto, antes de entrar nas discussões e reflexões sobre a forma de visibilizar o gênero e sexualidade de crianças na mídia, é necessário compreender o significado de alguns dos principais conceitos que delimitam a temática deste trabalho e serão diversas vezes retomados.

Demarcando conceitos

De acordo com Grossi (2000) o conceito **sexo** diz respeito à diferenciação do corpo anatômico e biológico de homens e mulheres, ou seja, o sexo divide homens e mulheres tendo como base os aparelhos sexuais e genitálias. Seguindo por essa organização, mulheres, carregam o sexo feminino com vaginas/vulvas enquanto homens possuem pênis e correspondem ao sexo masculino. Faz-se exceção aos casos raros onde os indivíduos nascem com ambas genitálias ou mesmo sem genitálias e são chamados de intersex.

O conceito de **sexualidade** a partir de Foucault (1976) é compreendido como um dispositivo cuja função social é exercer poder, ter controle sobre os indivíduos. Grossi (2000) por sua vez, afirma que a sexualidade é construída socialmente e está relacionada com a ou as formas pelas quais as pessoas escolhem vivenciar suas relações afetivas. Olhando pela perspectiva de Foucault (1976), podemos questionar se realmente as pessoas escolhem viver sua sexualidade, ou se essa escolha já foi previamente feita por meio das normas e convenções sociais. Rios (2015) resume a carga social que o conceito de sexualidade carrega a partir de Foucault:

A sexualidade vai muito além da vivência do erotismo e do prazer experimentadas a partir do corpo biológico, muito mais do que um fenômeno da

natureza. Ela abarca prazeres, desejos, experiências, identidades, orientações, que são construídas e ganham significado social, cultural e político; ela cria identidades e articula classificações a partir destas identidades, institui distinções e diferenciações, repercutindo na atribuição de direitos, deveres, limites, restrições e sujeições. A sexualidade, em suma, na expressão consagrada de Michel Foucault, é um dispositivo de poder. (RIOS, 2015, p. 19)

Nas sociedades ocidentais em sua maioria, a **heterossexualidade** é compreendida como normal/natural. Ou seja, homens naturalmente sentem atração por mulheres e vice-versa, enquanto a **homossexualidade** ou qualquer outra forma de sexualidade é considerada um desvio grave, o qual áreas como a medicina especialmente pela psiquiatria, durante séculos, buscaram - e continuam em busca - de curas e explicações para essa considerada “anormalidade”. Naturalizar a heterossexualidade exclusivamente significa segundo Petry e Meyer (2011) praticar a **heteronormatividade** social. Este conceito diz respeito a uma série de regras que estruturam um arquétipo de sexualidade que regula de que forma homens e mulheres devem viver essa experiência.

Quanto ao conceito de **gênero** por sua vez, Grossi (2000) afirma ser um termo que também remete ao âmbito social/cultural e histórico também (LOURO, 1997). Compreendendo que os seres humanos são a soma do biológico com seus contextos sociais, históricos, culturais, entre outros, o gênero corresponde à construção social do sexo. **Identidades de gênero** seriam, portanto, as designações de como o indivíduo se vê inserido no mundo, de que maneira ele se identifica como fazendo parte da sociedade. E neste momento destaco um ponto que considero importante.

Diariamente pessoas recebem uma determinada identidade de gênero e desde a mais tenra idade, essa identidade é reforçada pelos mais diversos meios, a fim de que o indivíduo assuma e cumpra com todas as expectativas postas àquele determinado gênero. Na realização desse processo invasivo não há uma abertura para que cada pessoa consiga experienciar, analisar, escolher, alterar, criar, recriar a forma como se vê pertencendo a um, dois, vários, ou nenhum gênero. Neste sentido, a Teoria Queer que será discutida mais adiante nesta pesquisa irá balizar as principais questões e posições desta questão.

Transgêneros são as pessoas que assumem uma identidade de gênero distinta da identidade que foi atribuída a elas desde o seu nascimento. Quem assume o gênero imposto desde o nascimento é considerado **cisgênero**. Enquanto o “trans” significa identificação com o gênero oposto ao de seu nascimento. No caso dos/as **transexuais**, o indivíduo se identifica com o gênero oposto e também realiza procedimentos médicos

tais como tratamento com hormônios e cirurgias diversas para realizarem também uma transição de sexo. No entanto é preciso ressaltar assim como Jesus (2012) que não existe um consenso sobre as diferenças entre esses termos:

No Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo Queer, outros, a antiga denominação “andrógino”, ou reutilizam a palavra transgênero. (JESUS, 2012, p. 10)

Petry e Meyer (2011) destacam que a heterossexualidade – e a heteronormatividade – estão naturalizadas na cultura ocidental em decorrência de uma rede de discursos e práticas específicas, carregadas de poderes que legitimaram um comportamento sexual em detrimento do outro para controlar – e excluir - os indivíduos.

Por fim, outro importante conceito é a sigla **LGBT** que vem sendo discutida e modificada conforme novas identidades de gênero surgem e são reconhecidas socialmente. Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais não são as únicas formas de expressar identidades de gênero, por isso é comum encontrar variações como LGBTI, LGBTTT, LGBTQ, entre outras que abrangem travestis, transgêneros, intersexuais, queer, ou ainda outras variações. Trata-se de uma sigla para representar política e socialmente todos aqueles que não são heterossexuais.

Objetivos e justificativas

Partindo dos questionamentos que tenho feito nos últimos anos sobre a rotulação identitária massiva a que crianças são submetidas diariamente decidi me debruçar durante o mestrado¹ nesta temática. O objetivo deste estudo está pautado em compreender a maneira pela qual as “crianças trans” estão sendo visibilizadas na mídia

¹ É importante destacar que ingressei na pós-graduação em 2017 na linha de Formação de professores, também sob orientação da Profª Andrea B. Moruzzi. Porém em maio de 2018 a professora migrou para a linha de Educação, Cultura e Subjetividade e optei por realizar o mesmo processo, justamente por acreditar que devemos ser e fazer aquilo que faz sentido para nossa existência. Sendo assim, abri mão de meu primeiro projeto de formação docente e encontramos na temática dos estudos sobre gênero e sexualidade algo que acreditamos ser de extrema relevância social e política, principalmente na atual conjuntura em que o Brasil se encontra, onde há um forte movimento de tentar silenciar e reprimir totalmente as pessoas que não aceitam uma sociedade heteronormativa machista e patriarcal.

digital, por quais áreas e com quais perfis. A proposta de realizar esse estudo é problematizar essa caracterização de “crianças trans” e analisa-las a partir de um referencial teórico pós-identitário. Temos como hipótese que, compreender a sexualidade e as questões de gênero como uma forma de controle e manutenção social significa dizer que, esses pontos possuem uma grande importância política, e que a política foi inclusive o canal de entrada para os debates em torno da sexualidade e gênero ganharem visibilidade na mídia. Todavia, mesmo aderindo a um discurso supostamente aberto ao tema da sexualidade e aos debates contemporâneos de gênero, a mídia tem apresentado as crianças em uma “caixinha identitária”, que biologiza todas as questões de gênero. Os discursos criados em torno dessa criança trans são disseminados e reproduzidos em todos os âmbitos e instituições sociais e colidem diretamente com a inocência atribuída à criança a partir do século XVII com o início da família nuclear. As questões que tangem a sexualidade das crianças não poderão mais ser veladas.

É sabido que a moral sexual, na sociedade ocidental, protagonizou a consolidação do conceito de infância no século XVII, como mostra Ariès (1981). A sexualidade das crianças foi, nesse contexto histórico, a grande divisor de águas entre a infância e a vida adulta. Vigeadas e perseguidas, as experiências sexuais das crianças precisavam ser esquadrihadas e controladas. (SALGADO E GARCIA, 2018, P. 115)

As crianças nascem marcadas com um gênero seguido de uma enorme expectativa social sobre como devem experimentar esse gênero em suas vidas. Kennedy (2010), defende que o conceito de “gênero binário” foi tão fortemente incorporado na forma de as pessoas compreenderem o mundo, que alguém ou algum grupo manifestar oposição a essa compreensão é extremamente incômodo e intolerável. Porém, o autor reitera que esse movimento é crucial para que os indivíduos que não se reconhecem dentro do formato binário de gênero possam viver livres e usufruir dos mesmos direitos que qualquer outro indivíduo tenha, e lutar para não mais sofrer qualquer tipo de violência. Na escola, ao pensarmos na criança pequena, devemos pluralizar essa discussão e ao invés de impor dualidades, pensarmos as identidades infantis por um viés de fluidez, ou a partir de um hibridismo no lugar do rígido menino/menina. Não falar sobre esses pontos implica ir na direção do binarismo social, e agora o trans como uma terceira e última identidade.

Percebo que na sociedade contemporânea a escola tem aderido a um discurso que, ora não contempla nenhuma discussão de gênero, se mantendo em uma divisão sexista

da educação e ora, faz as representações ainda de maneira identitária, colocando no cenário mais estereótipos do que questionamentos. Essa prática é prejudicial para a formação de crianças que não só serão subsumidas de experimentar ser criança, como também irão reproduzir os mesmos estereótipos e processo de enquadramento/exclusão social. Souza (2010, p.47) atenta para a importância de buscarmos romper com as práticas hegemônicas de poder, pois essa forma de ver e viver o mundo se coloca como um caminho em potencial para redesenhar a realidade social confrontando dispositivos de poder relacionados à sexualidade e até mesmo outras formas de poder. Neste sentido, a escola precisa se posicionar como território para construção, debate e problematização de práticas cada vez mais pós identitárias.

Essas reflexões foram importantes para compor esta pesquisa por dois motivos (1) como professora de Educação Infantil, acredito que esse binarismo e estereótipos criados são extremamente limitantes, excludentes e violentos, uma vez que aprisionam as crianças e futuros adultos a fingirem ser o que de fato não são apenas para serem aceitas socialmente. Portanto, precisam ser debatidos e a escola deve ser um dos cenários que viabilize tais debates visando a desconstrução destes modelos; (2) Faço parte da comunidade LGBTQ+ que por si só demonstra como o binarismo que tentam impor há séculos é falido. Enquanto mulher lésbica, já não me encaixo no padrão desejado pela sociedade e principalmente acredito que “mulher” e “lésbica”, apesar da grande importância social que carregam, são dois rótulos que depois desta pesquisa, não dão conta de definir quem eu sou.

Cada vez mais pessoas assim como eu, tem problematizado esse cenário injusto e buscam debater formas de transformar essa situação. Essa pesquisa parte destas motivações visando problematizar a discussão de gênero no âmbito da educação, com especial foco na mobilização do conceito de infância e sua articulação com as discussões de gênero e de sexualidade.

A escola se coloca como um dos principais ambientes onde crianças terão contato com temas como sexualidade, gênero, diversidade, entre outros. Seu diferencial está justamente em ter a função de ser um espaço aberto para o debate e contribuir na formação humana de cada indivíduo, sem estereótipos ou qualquer tipo de discriminação ou normalização, uma vez que os valores que são construídos e disseminados no interior das escolas têm o poder de produzir “efeitos de verdade”, passam a constituir significativamente a história das pessoas e suas relações sociais. (LOURO, 2000). Apesar de possuir essa função, o que ocorre dentro das escolas é uma

massiva produção da heteronormatividade, porque, muitas vezes professores acreditam nesse discurso binário ou o reproduzem sem questioná-lo porque, sequer problematizam ou ainda acreditam que são temas que não cabem à escola tratar, ou ainda não querem tocar em um ponto tão nefrágico.

As instituições escolares, para além do ambiente de socialização e aprendizado dos conhecimentos historicamente construídos, exercem várias formas de vigiar e controlar as crianças, sua sexualidade e comportamentos a partir de seu gênero de nascimento. Por meio de jogos e brincadeiras por exemplo, a comunidade escolar especialmente docentes, podem determinar o que é “coisa de menino” e por consequência dizer o que é proibido para meninas e o que é “coisa de menina” e proibido para meninos. Há um movimento de normalização e de construção de uma identidade esperada de uma infância para meninos e uma infância para meninas (BRASIL, 2009).

A partir desta demarcação inicial de conceitos e questões emerge, um problema social que corresponde a existência de marcadores de gênero e de sexualidade sendo massivamente impostos às crianças pela família, pelas escolas. E o que se observa de uma forma intensa é que professores e professoras, na falta do debate na escola e na falta do debate em suas formações, são (in)formados pelas mídias que reproduzem notícias e dados, por vezes tendenciosos e de acordo com o sistema heteronormativo e limitado que as banca.

A partir desta percepção que nos veio a mobilização de estudar e investigar o que a mídia tem apresentado sobre a criança transgênero. Nos questionamos então: de que maneira as mídias têm construído verdades e estereótipos sobre as crianças que não se identificam com os seus gêneros de nascimento? Essa identificação com o gênero impacta diretamente na estruturação e transformação da sexualidade da criança, podendo tornar-se extremamente traumática. Será que as narrativas midiáticas vêm no sentido de superar os debates identitários, ou os reforçam? Será que corroboram com as pesquisas acadêmicas sobre a mesma temática ou reafirmam o binarismo e o sistema social sexista e heteronormativo excludente e violento?

Para realizar este estudo a organização do trabalho foi pensada da seguinte forma: no decorrer do **capítulo um** apresento as condições históricas e políticas do debate sobre a temática trans e seu silenciamento nos últimos anos. No **capítulo dois** faço uma apresentação da estrutura metodológica da pesquisa e em seguida início a discussão com os teóricos que norteiam e fundamentam este trabalho. Foucault (1977) contribui para o debate sobre a desnaturalização da sexualidade na criança a fim de

compreender a sexualidade como um dispositivo que exerce controle e poder sobre os indivíduos, sobre o sexo e a construção da sexualidade na criança. Para alimentar o debate contemporâneo sobre gênero os teóricos Queer, Richard Miskolci, Paul Beatriz Preciado, Guacira Lopes Louro, Nilson Dinis e Judith Butler irão compor a fundamentação deste trabalho. No **capítulo três** apresento a revisão teórica do tema a partir do levantamento de artigos encontrados sobre a temática. No **capítulo quatro** apresento os discursos midiáticos sobre crianças trans a partir da análise da reportagem sobre o caso Coy reproduzido programa Fantástico. Por fim no **capítulo cinco** procuro estabelecer diálogos com a Teoria Queer para contrapor a reportagem apresentada pelo Programa Fantástico sobre Coy.

CAPÍTULO 1 - AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E(OBJEÇÃO) DO DEBATE TRANS

“Nós defendemos o direito das crianças a não serem educadas exclusivamente como força de trabalho e de reprodução. Defendemos o direito das crianças e adolescentes a não serem considerados futuros produtores de esperma e futuros úteros. Defendemos o direito das crianças e dos adolescentes a serem subjetividades políticas que não se reduzem à identidade de gênero, sexo ou raça” (PRECIADO, 2013, P.4)

Nos últimos anos houve uma expansão na mídia no que se refere às notícias sobre “crianças trans”. Esse crescimento ocorreu porque os estudos e debates sobre gênero e sexualidade também se expandiram. É preciso retomar o processo histórico para perceber o momento em que houve o surgimento e ascensão das discussões e lutas sociais. Os grandes esforços iniciais podem ser notados a partir da luta dos movimentos feministas que problematizavam a estrutura da sociedade patriarcal, sexista que coloca as mulheres até hoje como inferiores e mais fracas em relação aos homens. É importante destacar que o Brasil possui um feminismo recente e uma cultura enraizada pelo machismo e conservadorismo. Silva (2000) aponta que no final da década de 1970, e principalmente durante a década de 1980, as mulheres em diferentes movimentos feministas, intensificaram suas mobilizações sobre as questões de gênero, buscando uma maior abertura política. Essa demanda por direitos iguais entre homens e mulheres chegou ao meio acadêmico e assim os estudos de gênero eram impulsionados e ficavam cada vez mais latentes na sociedade. Silva ainda destaca:

Através dos movimentos sociais que se constituem no interior da sociedade civil que a mulher aparece enquanto sujeito. O movimento feminista não é necessariamente reivindicatório, isto é, pode não se organizar a partir de demandas específicas ao Estado. O movimento feminista constitui-se em torno de uma condição de exclusão dispersa e onipresente. Assim, a partir da década de oitenta reafirma-se a necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero. E as pesquisas passam a apontar também o caráter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir de relações de poder e conseqüentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres, é preciso estudar as relações sociais entre os sexos (2000, p. 7).

As pesquisas acadêmicas contribuíram para validar e valorizar a luta dos movimentos feministas e também outros movimentos sociais emergentes na década de 1980. Silva (2000) coloca esse vínculo como uma “(...) *integração entre a sociedade em geral, os movimentos feministas e academia*” (p.9). Na década de 1990, a Revista Estudos Feministas soma os esforços recorrentes e proporciona maior visibilidade às produções acadêmicas feministas, bem como aos estudos de gênero.

É possível perceber que os movimentos heterogêneos de lutas das mulheres demandaram importantes negociações nas agendas políticas e deram visibilidade também para as problemáticas de gênero, raça, e as lutas da comunidade LGBTQ+. Essa abertura pelas lutas sociais culminou em novas responsabilidades governamentais, decretos, leis, programas, secretarias e outras medidas que foram criadas – e muitas

vezes vetadas, derrotadas - na tentativa de introdução de diretrizes respeitosas e igualitárias frente às minorias

Como consequência desse crescente debate político e acadêmico a nível nacional as questões tangentes à gênero e sexualidade, ganharam aos poucos a atenção da mídia, e passaram a compor cada vez mais as notícias em massa. Durante a década de 1980, no entanto, as publicações e as organizações dos antigamente conhecidos “grupos gays” caíram bruscamente em decorrência da epidemia de Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida SIDA ou AIDS. Canabarro (2013), indica que neste momento, a mídia passou a fazer uma grande divulgação da doença, batizando-a como “peste gay” ou “câncer gay” e o movimento LGBTQ+ começou a criar parcerias governamentais e articuladas para reverter esse cenário. Algumas conquistas são citadas abaixo por Canabarro (2013, p. 5):

A despatologização das identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais se reflete em intenso trabalho de conscientização e resistência. Em nosso país, em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou o termo homossexualidade da classificação de doenças” [...] Em 1990, a Organização Mundial de Saúde retira de seus catálogos médicos (DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e CID – Código Internacional de Doenças), o homossexualismo (o sufixo ismo remete à doença), passando-se a denominar homossexualidade, como condição de ser e orientação individual do desejo. (p.5, 2013).

Além dessas conquistas, Mott (2005) e Canabarro (2013) citam outros exemplos ocorridos entre as décadas de 1980 e 1990, como a criação de novos grupos e eventos com pesquisas e estudos sobre homossexualidade e também a instituição do dia 28 de junho como dia do Orgulho Gay. Mott (2005), também aponta que neste período surgiram novos grupos em defesa dos travestis e transexuais como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) – que em 2005, contava com mais de 150 grupos filiados.

Outro importante marco ocorreu em 1996 quando homossexuais foram citados no Plano Nacional de Direitos Humanos, sendo este o primeiro documento do governo brasileiro a incluir esse grupo como grupo social vulnerável. Canabarro (2013), indica também a realização da primeira Parada do Orgulho Gay, no ano de 1997, na cidade de São Paulo, reunindo milhares de pessoas e que desde 2006, é uma das maiores do mundo. O autor continua a discorrer sobre outras conquistas como a proibição de terapias de “cura gay” em 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia:

Nos dias em que este texto estava sendo construído, a discussão da comunidade LGBT e apoiadores versava sobre o Projeto de Lei 234/2011 do deputado João Campos – PSDB, que visava sustar a redação dos seguintes parágrafo e artigo: Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Art. 4º - **Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica**². Resolução n.º 1/99, de 23/03/1999, Conselho Federal de Psicologia (p.6 2013)

O trecho acima demonstra que atrelado a todo movimento de luta, a mídia estava presente como instrumento que disseminaria discursos e práticas que seriam tomados como referência para a sociedade reproduzir.

Canabarro (2013) conclui que, embora muitos avanços tenham sido concretizados com o movimento LGBT+ no Brasil, poucos vieram pela via do poder legislativo. Isso se deve à força de partidos políticos ligados às igrejas que são extremamente conservadoras e heteronormativas. O poder judiciário efetivou mais ações como por exemplo em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal concedeu igualdade nos direitos de constituir famílias homoparentais e também, em 2013, quando o Conselho Nacional de Justiça aprovou a união civil de casais homoafetivos. Entretanto, tais conquistas são poucas se compararmos com as políticas de outros países e especialmente o momento instável e de fortes ameaças aos direitos já conquistados tem instaurado tempos de insegurança no Brasil desde o segundo governo da ex presidenta Dilma Rousseff.

A partir de 2003, no primeiro mandato do governo Lula houve uma ampliação das discussões sobre gênero e sexualidade no campo da saúde, no campo dos direitos humanos, educação e assistência social, a partir do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH) (MACHADO E RODRIGUES 2015). No ano de 2007, o movimento LGBT contava com uma grande visibilidade na mídia, eventos reunindo milhões de pessoas, com adesões numéricas raramente conquistadas por outros movimentos no país. Machado e Rodrigues (2015) indicam as primeiras ações do PBSH que contava com orçamento próprio e verbas públicas.

[...] surgiam os centros de prevenção à violência homofóbica, os projetos de capacitação de professores, profissionais da segurança pública e outros;

² Grifos da autora

preparava-se a primeira conferência nacional LGBT, com conferências preparatórias em diversos estados e municípios, o que mobilizou uma grande quantidade de atores em torno dessas questões; organizava-se a frente parlamentar pela livre orientação sexual no Congresso Nacional a partir do projeto ALIADAS da ABGLT; a mídia parecia finalmente estar se sensibilizando para debater abertamente as questões LGBT.(MACHADO E RODRIGUES 2015, p.24.)

Em 2006, Machado e Rodrigues (2015) apontam a elaboração do documento Princípios de Yogyakarta que discorre sobre princípios a fim de garantir a implementação de direitos humanos para o público LGBT. Políticas como essa impactaram as ações em prol da população LGBT ao longo do governo Lula até seu segundo mandato quando algumas mudanças são iniciadas e tomam corpo durante o governo de Dilma Rousseff deixando claro a ocorrência de estagnação e retrocessos como o veto ao kit anti-homofobia.

O panorama, inicialmente animador, começou a apresentar impedimentos. Os financiamentos que o governo começara a disponibilizar não se consolidaram. Mesmo o posicionamento do Governo Federal com relação a essas questões, que na 1ª Conferência Nacional LGBT era bastante enfático e comprometido, foi se tornando ambíguo, sobretudo nos últimos dois anos do Governo Lula, tendo assumido uma postura ainda mais reticente durante o Governo de Dilma Rousseff, que, diferentemente de seu antecessor, não compareceu na 2ª Conferência Nacional LGBT.(MACHADO E RODRIGUES, 2015, P.26)

Ao final do segundo mandato da ex presidenta e às vésperas de um golpe, romper com o apoio vindo da militância LGBT custou menos do que romper com a bancada evangélica pois, como destacam Machado e Rodrigues (2015) os fundamentalistas eram figuras de influência e com amplo acesso à mídia para a formação de opinião.

Em 2018, com o presidente Michel Temer o cenário estava ainda mais crítico e o candidato à presidência eleito, possui discursos e projetos que remontam à antiga ditadura militar, são de extremo conservadorismo, reforçam o machismo, a homofobia e outras práticas monstruosas de desrespeito e opressão. O debate sobre gênero já tem sido fortemente silenciado e retirado da agenda política pelo governo de Michel Temer e dos atuais governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores. Um verdadeiro retrocesso nas políticas em defesa da população LGBTI que se limitam à necessidade de inserir discussões de gêneros e sexualidades no aparato político e ainda reproduzem

discursos e práticas que engessam e violentam crianças e jovens em caixas na sociedade.

1.1 O Movimento Escola Sem Partido

Uma das maiores estratégias para derrubar o debate de gênero no Brasil, segundo Amorim e Salej (2016), é o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Composto pela bancada de direita, os membros parlamentares combatem à denominada “ideologia de gênero”. A partir dos objetivos conservadoristas para o MESP, é preciso que a sociedade lute contra o “abuso da liberdade de ensinar”. (2016, p. 33). Com dois principais projetos de Lei o MESP visa estabelecer os deveres dos professores e dentre esses deveres destacamos o segundo artigo do anteprojeto de Lei:

O poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá que qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero” (Programa Escola Sem Partido, s.d.), (AMORIM E SALEJ, 2016, p.33)

Amorim e Salej (2016) destacam ainda que em alguns casos inclusive, projetos de lei derivados dos projetos principais já foram aprovados ou estavam em tramitação a partir do ano de 2016.

É necessário focalizar a discussão no conceito criado pelo Movimento “ideologia” de gênero. Gênero dentro dos estudos feministas de Beauvoir (1980) representam o que seria a construção social do sexo, isso implica que não se define um homem um uma mulher somente pelo corpo biológico, pelo órgão sexual. Os indivíduos tornam-se homens, mulheres ou outra coisa no decorrer de suas vidas. A ideologia de gênero é contrária às lutas e conquistas da população que busca igualdade, valorização e respeito entre os sexos compreendendo esta “ideologia” como uma doutrinação a partir de uma visão de sociedade. (AMORIM e SALEJI, 2016). Aqui senti falta da história da ideologia de gênero (ver Junqueira, ver Furlani)

Os estudos de gênero contribuem para que papéis atribuídos socialmente possam ser subvertidos, impulsionam os debates sobre corpo e sexualidade (AMORIM E SALEJ, 2016). Neste caminho, os autores seguem explicitando que o Movimento Escola Sem Partido principalmente pelo viés da escola busca a implementação de um

novo currículo que barre toda essa “ideologia de gênero”. O currículo escolar se consolida como produto de uma disputa de ideais, de relações de poder e saber e por meio do currículo é que existe o funcionamento e manutenção dos dispositivos de controle social. Com as mudanças no currículo, Amorim e Salej (2016) indicam o impedimento de meninos e meninas se reinventarem e alterarem a atual organização social a partir das novas formas de feminilidades e masculinidades.

O Movimento é tão discriminatório e ditatorial que objetiva ainda vetar o uso das palavras “gênero e orientação sexual” dentro das escolas. A partir destes pilares que fundamentam o MESP. Vale questionar:

“Mas Por que os meninos não podem brincar de determinadas coisas, permitidas apenas às meninas? Por que eles devem brincar de outras, essas, por sua vez, interditas às meninas? Se, ao nascer, apenas o sexo biológico de uma pessoa está definido, isso significa que essa pessoa precisa aprender a ser mulher ou a ser homem [...], indo além, que ela precisa aprender a ser mulher ou a ser homem conforme um script pré-determinado, script esse que inclui, dentre outros elementos, a heterossexualidade” (AMORIM E SALEJ, 2016, P.40)

Debater academicamente temas como este é essencial fundamental neste momento, é lutar pela educação que respeite os direitos da criança e de todos os indivíduos em suas singularidades. A universidade se RENOVA constitui como uma das poucas aberturas que restam ainda para discutirmos e pensarmos em caminhos para trabalhar em cima de tais temáticas.

Ao mesmo tempo em que existiu, ao longo de todos esses últimos 20 anos uma emergência do debate de gênero e sexualidade, é preciso reconhecer que o processo de emergência e de visibilidade gerou, concomitantemente, um sentimento de rejeição e de objeção aos termos e discussões que vem sendo propostas no interior dessas problemáticas. O MESP e a ideia de ideologia de gênero são um exemplo deste sentimento de exasperação. O problema que vemos é que esse sentimento tem levado à produção de discursos violentos que mobilizam perdas de direitos básicos, por exemplo, a exclusão da discussão de gênero nos planos municipais de educação em diferentes municípios a partir da revogação do debate no PNE.

O que queremos com esta pesquisa é possibilitar a visibilidade ao debate e analisar a maneira pela qual, ao mesmo tempo, o debate tem sido visibilizado pela mídia, uma das principais fontes de informação dos professores que atuam com as crianças pequenas na educação infantil.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS

“Há uma verdadeira “tecnologia de gênero” em torno da produção de mulheres e homens. As tecnologias de gênero, os discursos e as relações de poder são os instrumentos que produzem as subjetividades. Trata-se, então, de um mecanismo [...] para produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres, como meninos e meninas. ” (SALEJ e AMORIM, 2016, P.42)

2.1 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa tem como objetivo analisar e discutir de que forma(s) as “crianças trans” tem sido visibilizadas na mídia de noticiários digitais bem como na área acadêmica, procurando assim compreender: (a) quem diz, no âmbito de especialistas; (b) quem diz no âmbito das áreas de conhecimento; (c) o que dizem sobre e (d) sob quais argumentos os discursos sobre as crianças trans são pautados. A partir destes objetivos iremos debater sobre as formas pelas quais essas crianças estão sendo visibilizadas tendo como aporte teórico os estudos de Michel Foucault (1977) e a Teoria Queer

O levantamento de dados deste estudo partiu de duas fontes distintas: (1) mídias de noticiários eletrônicos; (2) pesquisa teórica. Os dois levantamentos foram realizados tendo como foco a busca por notícias ou pesquisas acadêmicas sobre “crianças trans”. O recorte temporal usado foi a partir do ano de 2010 a 2018 em decorrência da frequência de aparecimento do tema. Antes de 2010 não encontramos dados referentes dentro das ferramentas usadas para o levantamento que foram o “Google notícias” e “Google scholar”. Essa fonte foi escolhida por ser uma ferramenta de fácil acesso ao público – é uma fonte de acesso fácil de professores, por exemplo, que utilizam o site como ferramenta de (in)formação e pesquisa. Partimos da hipótese de que por ser amplamente conhecida e utilizada, as ferramentas do Google proporcionariam um levantamento significativo sobre o tema. Os descritores usados foram: crianças transgênero, crianças transexuais, transexualidade na infância, transgeneridade na infância, criança Queer. Sobre o levantamento midiático foram encontrados 94 notícias e o levantamento teórico por sua vez resultou no encontro de 26 publicações. A seguir início as discussões sobre a sexualidade como construção social e dispositivo de poder que possibilitou à Teoria Queer compreender também o conceito “gênero” como construção social e forma de normalizar indivíduos, e foco especialmente na questão da disciplina dos corpos e comportamentos das crianças.

2.2 Fundamentação Teórica: A sexualidade a partir de Foucault

A sociedade ocidental em geral vive séculos de turbulentos acontecimentos e transformações em todas as áreas. O capitalismo redesenhou a maneira pela qual todas as relações seriam estabelecidas a partir de uma nova forma de se pensar a civilização. Diariamente somos bombardeados com novas informações, leis, normas, diretrizes que são implantadas de variadas formas, repetidas e reproduzidas em massa e cotidianamente, a ponto de acabar sendo naturalizadas em cada indivíduo. Concebidas como corretas e únicas, qualquer coisa que se distancie destas convenções sociais passa a ser rejeitada e passa a ser vista com olhos de estranheza, no interior de uma certa compreensão de anormalidade. No entanto, as “verdades” que hoje estão consolidadas são crenças que foram com o tempo enraizadas socialmente por diversas variáveis históricas, políticas, econômicas, religiosas e culturais, a ponto de serem naturalizadas e tidas como normais. Quero dizer que se olharmos a superfície dos fatos é possível perceber as tramas, as relações de poder e controle, uma série de discursos e práticas que nos direcionam a cumprir determinadas funções. Esta pesquisa se debruça especificamente sobre as ideias, os discursos e as práticas em torno da sexualidade e atualmente do gênero como um dos principais dispositivos de controle social. Trazendo a discussão para a sociedade contemporânea tomo como referência o debate em torno do que vem sendo chamado de “criança trans” como ponto principal a fim de compreender o que tem sido mobilizado para pensar a criança, sua sexualidade e seu gênero nessa ótica atravessada pelo trans e a maneira pela qual a mídia, um dos artefatos centrais de produção de opinião pública, tem se colocado a esse respeito. Para expandir o diálogo sobre estas questões é necessário olhar para trás e retomar a história percorrida até os dias atuais. Para esta discussão inicial o filósofo Michel Foucault (1976) contribui com seus estudos acerca da construção da sexualidade como um dispositivo de poder.

De acordo com Foucault (1977) a sexualidade compreendida e vivida na atualidade foi o resultado de um conjunto de ideias e teorias que foram sendo tão enraizadas socialmente por diferentes canais a partir do século XVII quando até então a sexualidade era desprovida de pudor e tato. Após esse período, inúmeros teóricos compreenderam que a sexualidade teria sido silenciada e levada para dentro dos lares e teria se dado início a configuração de uma representação específica e singular da família conjugal, representada pelo marido e esposa; essa família limitou sua relação sexual em sua função reprodutiva. Esse casal se tornou modelo a ser seguido e tinha como continuidade a representatividade da sagrada família. Em relação a criança houve um

momento em que se produziu uma série de discursos que coadunavam com a ideia de que ela não tinha sexo e que qualquer relação afetiva e amorosa deveria ser banida e interdita (FOUCAULT, 1977, P.9). Esse movimento foi chamado pelo filósofo (ibidem) de **repressão**, ou seja, além de condenar a sexualidade ao desaparecimento, foi necessário convencer a sociedade de que não existia nada para ser discutido sobre essa questão. O desvio à normalidade sexual estabelecida só era aceito num contexto de prostituição ou psiquiátrico, quando o indivíduo era considerado doente por não se enquadrar dentro da sexualidade esperada.

Foucault (1976) aponta também que a lógica sobre o movimento de repressão, iniciada no século XVII coincide com o desenvolvimento do capitalismo onde o sexo foi reprimido por ser incompatível com a força de trabalho que seria explorada de tal maneira que essa força não poderia ser desperdiçada em prazeres exacerbados (FOUCAULT, 1977, p. 10).

No entanto, para o filósofo compreender a sexualidade pelo viés da repressão não era suficiente. Ao inverter a lógica de observação o autor compreendeu que o foco não está na questão da repressão sexual, esse movimento existiu, mas é uma peça das várias que compõe a trama entorno do sexo. A repressão não silenciou o sexo, muito pelo contrário, ao problematizar quem estava falando sobre a sexualidade, de onde falava e quais os impactos sociais destas falas, percebeu que o sexo estava cada vez mais presente na sociedade e que os discursos sobre essa questão conseguiram se consolidar como uma forma de controle e poder sobre os indivíduos. O que vale, portanto, é saber por quais caminhos e discursos o poder chegou e dominou os minuciosos pensamentos e comportamentos humanos. (FOUCAULT, 1977, p.17).

A grande explosão dos discursos sobre sexualidade ocorreu durante o século XVIII, por meio da confissão dos pecados, ritual obrigatório aos católicos. Por meio deste rito a Igreja controlava os indivíduos em seus menores pensamentos e atos sexuais, pela obrigação de dizer cada detalhe sobre seu sexo para o controle de si e de seus desejos e obter perdão divino. A partir de então foram estruturando-se uma ampla rede de ferramentas para criar discursos sobre o sexo que ultrapassaram a religiosidade e as relações individuais. Esses discursos, tão ramificados e enraizados, alcançaram outros mecanismos que também tomaram o controle do sexo como fundamental para exercer formas de poder. (FOUCAULT, 1977, p. 26). O sexo passou a ser administrado, os discursos científicos e religiosos gerados no ocidente foram apropriados pela cultura que passou a considerar um determinado tipo de sexualidade normal e outras não. Essa

relação implica dizer que a **sexualidade** gera uma relação de **poder** e a partir da mesma, também gera uma **resistência** contra esse poder. Por isso governar a sexualidade implica também governar as populações e esse movimento deveria ser iniciado desde a mais tenra idade, ou seja, desde criança.

A partir do século XVIII foi criado um novo modo de ser criança. De acordo com Moruzzi (2012) diferentes práticas em relação a sexualidade e qual o lugar da criança nesse contexto produziu a infância moderna. O silenciamento do século XVI e XVII foi quebrado pela vontade de saber sobre o sexo da criança e também sobre seu desenvolvimento e seus pensamentos.

As práticas discursivas ganharam corpo a partir das instituições que as transmitiram e difundiram, que as impõe e mantém funcionais. Igreja, família, escola, instituições médicas compõe os grandes meios de poder sobre a criança e a colocação do sexo em discurso está em cada uma destas instituições, que administram quem fala, para quem se fala, como e o que se fala. Moruzzi (2012, p. 34) aponta que é neste contexto que o sexo da criança está inserido e onde Foucault (1977) compreende que surgiu a chamada “pedagogização”. O sexo das crianças passou a ser dito de outras formas e por outras pessoas a fim de obter diferentes efeitos. Tão bem organizado que às vezes se olhado de forma superficial é possível entender que nada mais é dito sobre sexo. Porém Foucault argumenta que basta observar por outra perspectiva:

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso e explicitamente [...] O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com separações e cortinas), os regulamentos para vigilância do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1977, p. 31)

A partir desta percepção Foucault (1977) observa que a sexualidade da criança é “precoce, ativa e permanente” (ibidem, p. 31). Essa compreensão sob uma ótica ainda moral e religiosa, colocou as práticas sexuais das crianças em foco e interpretadas como potencialmente perigosas e produtoras de “indivíduos perversos” e foi controlada durante o século XVIII e XIX. Moruzzi (2012) destaca os apontamentos de Foucault (1977) que impedindo algumas formas de sexualidade são criadas perversões e estabelecidas identidades para os indivíduos que agem de determinada forma, por

exemplo “O sodomita do século XVI torna-se o homossexual do século XIX”. (MORUZZI, 2012, p. 36).

Pensar a sexualidade na sociedade moderna a partir de FOUCAULT (1977) implica compreender que “esse dispositivo disciplina corpos, regula e normatiza a população, regulamenta o prazer e os saberes sobre o sexo e, além disso, ocupa-se, por meio desse regime sobre o sexo da preservação da espécie” (MORUZZI, 2012, p. 62). Esse dispositivo atua sobre o corpo da criança num primeiro momento de forma moralista e que em seguida se expande para além de desenhar o sexo da criança e todo seu processo de pensamento e desenvolvimento criando “regimes de verdade” sobre a criança e como se viver a infância, produzindo uma sexualidade que separa os indivíduos em normais ou anormais, desviantes ou perversos (MORUZZI, 2012, p. 96). De acordo com a autora, essa movimentação no sentido de regulamentar o sexo determina em seu regime de verdade o imperativo da heterossexualidade, ou contemporaneamente a heteronormatividade.

Estruturar a família e outras instituições tendo como foco a proteção da criança com uma constante vigilância sobre a forma que ela lida com seu corpo e sua sexualidade passou a ser o grande foco na sociedade contemporânea. Das várias categorias identitárias que foram sendo criadas para normalizar e dividir as crianças, as que têm relação com o dispositivo da sexualidade são o foco desta pesquisa.

Segundo Moruzzi (2012) a infância se constitui como um dispositivo histórico do poder porque é a partir de uma nova forma de pensar o seu corpo e a sua sexualidade que disparam sobre a criança toda uma nova normativa. Essa nova normativa é justamente a infância. Dessa maneira, é compreensível entender o porquê a mídia continua agindo tão expressivamente na infância, e agora na criança trans, porque é como se a criança não pudesse romper as correntes do binarismo homem e mulher. É como se a criança trans pudesse ser explicada como um desvio biológico ou psicológico/ psiquiátrico em que a cabeça é feminina e o corpo é masculino ou o contrário, uma vez que nada pode fugir dessa logística binária.

A infância como dispositivo atua como uma espécie de manutenção de toda logística binária porque ela é a condição de existência da família nuclear heteronormativa. A criança transgênero transgride as fronteiras do binarismo, mas ao ser colocada no modelo binarista, mantém a estrutura familiar e heteronormativa.

2.3 Teoria Queer

Atualmente para compreender os processos, as lutas sobre as identidades formadas e atribuídas aos indivíduos a partir do dispositivo da sexualidade é preciso fazer uso das contribuições de Foucault em torno da sexualidade como construção social e somar aos estudos pós modernos que abarcam as questões de gênero. Para tanto nos debruçamos sobre os estudos da Teoria Queer que trazem Foucault como um dos principais teóricos que inicia o debate. Inicialmente é preciso compreender que o termo “Queer” de origem inglesa denotava um sentido pejorativo aos indivíduos, podendo ser traduzido como “viado, sapatão, mariquinha, transviado”, entre outros.

Barros (2014) afirma que pelas Teorias compreende-se de determinada forma os objetos de estudo e pela Teoria os pesquisadores estruturam uma determinada realidade. Assim, compreendem que a Teoria Queer se coloca como uma outra forma de interpretar o mundo, que até então era visto por uma lente normativa que separa os indivíduos em normais e anormais. O termo Teoria Queer foi criado pela pesquisadora Teresa diLauretis e posteriormente usado por Judith Butler ao publicar seu livro “Gender Trouble” – Problemas de Gênero. Vieira (2015) aponta que Butler acompanhava as pesquisas de Teresa de Lauretis que na década de 1980 organizou um seminário também denominado “Queer”. A segunda metade da década de 1980 foi marcada por um processo de questionamento de diversos movimentos sociais nos Estados Unidos a fim de rever as demandas primordiais dos sujeitos engajados nestes movimentos. Miskolci (2012) destaca que neste momento o movimento dos homossexuais e das feministas passa a ser problematizado pelos sujeitos que seriam conhecidos posteriormente como “Queer”.

A teoria queer foca sua crítica à ideologia da heteronormatividade, que se refere à heterossexualidade como única orientação sexual correta e natural do ser humano, marginalizando todas as demais formas de sexualidade. Essa linha ideológica atinge também a comunidade LGBTQ+ pois cria normalizações por meio de comportamentos e posicionamentos, pelo modo de falar, agir, vestir dos indivíduos que assumem determinada sexualidade. (MISKOLCI, 2012). Exemplificando, homossexuais podem acabar caindo na lógica da normalização e reproduzir a estigmatização dos indivíduos que não se moldam à heteronormatividade. Neste mesmo sentido, Louro (2004) entende que a teoria problematiza uma identidade gay “positiva”, e também a construção de uma identidade “negativa”, atribuída, por exemplo, às travestis, e transexuais. Além de ser um campo teórico, queer é um campo social, uma vez que ao ressignificar o termo

“queer”, o indivíduo é empoderado de modo que ser excêntrico, esquisito torna-se motivo de orgulho, não de exclusão.

O queer, o estranho é o ser compreendido fora das normas e convenções sociais, é ser em forma de indivíduo a representação dos questionamentos daquilo que assumimos como verdades naturais, como por exemplo, a ideia de a heterossexualidade ser natural enquanto qualquer outra orientação sexual se coloca como desvio de comportamento. A Teoria Queer estremece bases tidas como verdadeiras e difundidas em massa, perturba cada uma das áreas da sociedade e nos faz encarar a questão das sexualidades, dos gêneros e dos próprios corpos por outro viés como afirma Miskolci, (2014).

É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade (MISKOLCI, 2014, p. 17).

Miskolci (2009) explicita que é possível alocar a Teoria Queer no escopo das teorias subalternas, que são estudos críticos dos discursos e práticas hegemônicas. No caso dos teóricos queer, por meio do método desconstrutivista questionam e problematizam de que forma as diferenças sociais são formadas, reforçadas ou devidamente respeitadas. O sociólogo ainda discorre sobre a convergência com os estudos pós estruturalistas, uma vez que nessa perspectiva o indivíduo nunca é algo dado, pronto, fechado, e sim fluído, mutável, em constante construção e transformação por meio de suas experiências e pela política, cultura e sua relação com as instituições. (p.152)

A Teoria Queer se aproxima dos grandes pós estruturalistas, como Foucault por exemplo, ao defender que o intenso crescimento nas práticas discursivas sobre o sexo foi tão saturado que contribuiu fortemente para a estruturação de uma sociedade heteronormativa (BENETTI, 2013). Foucault (1977) compreende que as sexualidades são construções sociais e passam a regulamentar o que e quem poderia falar sobre as práticas sexuais, criando inúmeras ferramentas para normatizar e controlar os corpos dos sujeitos e seu sexo.

Teóricos Queer problematizam a obrigatória ligação das chamadas características sexuais primárias, secundárias e terciárias. Calegari (2009) contribui com essa discussão e explana:

As características primárias seriam aquelas vinculadas ao genital. Traços sexuais secundários são aquelas manifestações corpóreas controladas pelos hormônios ligados aos genitais. As particularidades terciárias tangem às maneiras como os indivíduos se apresentam ao mundo segundo determinado tipo de roupa, adornamentos, cosméticos que usam. Para o heterossexismo compulsório, haveria uma inflexível relação entre essas três instâncias. Em outros termos, o patriarcalismo funciona sobre a base de uma rígida homologia entre macho-masculino-homem e fêmea-feminino-mulher, sendo que essa segunda conjugação se subordina à primeira e é entendida como uma versão distorcida do masculino. Ser macho ou fêmea tem a ver com a condição biológica do indivíduo. Ser masculino ou feminino liga-se à identidade de gênero desse sujeito. Ser homem ou mulher diz respeito ao papel social que os corpos estão condenados a cumprir por toda a vida. (CALLEGARI, 2009. p. 10)

Neste sentido os indivíduos estão inseridos na sociedade apenas para cumprir um rígido e imutável papel, reproduzir discursos, comportamentos, pensamentos que correspondem à essa tríade de características citadas por Calegari (2009) de homens – machos – masculinos ou mulheres – fêmeas - femininas. Isso implica que qualquer experiência pessoal, cultural, social, deve ser silenciada, assim como desejos, ideias, vontades que os indivíduos possam eventualmente se identificar. Caso essas formas de expressões não estejam inseridas dentro do molde que lhes foi imposto, elas devem ser reprimidas e anuladas por não fazerem parte do pacote de comportamentos heteronormativos. Essa seria expressão clara de controle social, onde as questões de gênero e sexualidade atuam como dispositivo de poder de forma minuciosa no tecido social.

Calegari (2009) continua discorrendo sobre como socialmente a criança é compreendida como masculina ou feminina desde seu nascimento e o fato dessa determinação ser feita a partir de sua categoria biológica. O pertencimento à determinada categoria vem carregado de obrigações a serem cumpridas e dos papéis sociais a serem desempenhados por sua condição que vem de sua essência feminina ou masculina. Dentro da Teoria Queer essa ligação não é determinante, ou seja, o sexo biológico não determina o gênero, bem como o gênero não define nem estabelece papéis obrigatórios a serem cumpridos.

Para o queer, por exemplo, uma criança que nasce com vagina (fêmea) não precisa necessariamente cumprir de forma totalmente fiel com um projeto de identidade pré-formulado (feminino, que requer que ela use vestidos, brincos, perfumes. (CALEGARI, 2009)

Para Butler as questões de gênero se colocam como um problema no território político. A pesquisadora é contrária a qualquer forma de opressão e exclusão das expressões dos indivíduos que não estão dentro dos padrões sociais. As pessoas praticam sua sexualidade seja qual for: homossexual, heterossexual, bissexual, transexual ou outras. De acordo com Jesus (2016, p. 29) sobre Butler “Sua teoria critica a associação automática do sexo biológico das pessoas à identidade de gênero e à orientação sexual delas. ” (p.29). Butler defende que, a identidade não tem uma conclusão, não se fecha, mas se constrói e transforma ao longo da vida. No decorrer do capítulo quatro desta pesquisa irei retomar de forma mais detalhada os estudos e conceitos de Judith Butler na Teoria Queer.

Todavia, León (2010) citado em Jesus (2016) sintetiza o que podem ser as cinco principais ideias que compõe a Teoria Queer: (1). Multiplicidade de identidades que são formadas por diversos componentes como gênero, classe, idade, orientação sexual, nacionalidade, entre outros e estes fatores se articulam de várias formas. (2) Todas as identidades construídas remetem à regulação e disciplina. As identidades fazem parte do controle social como argumenta (SEIDMAN 1996), pois distinguem e dividem os indivíduos, ou seja, as identidades são regradas e excluem os que estão fora delas, silenciam os diferentes. (3) A Teoria Queer compreende que identidades podem ser entendidas como algo fluído, mutável, que empodera e incentiva o surgimento das diferenças por um viés positivo e acolhedor na diversidade. (4) A Teoria Queer questiona o binarismo político e social que divide os indivíduos em hetero ou homossexuais como dois pilares de identidades sexuais. São categorias, mas não são as únicas categorias para o indivíduo viver, conhecer e experimentar sobre suas sexualidades, e identidades. (5) A Teoria Queer se coloca como um caminho para problematizar e compreender as questões que tangem à “...sexualização de corpos, desejos, ações, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996. p. 57)

Essa perspectiva vem problematizar justamente o nosso objetivo de pesquisa, as crianças que vem sendo chamadas pela mídia de crianças trans. Observamos, contudo, de maneira inicial, que a forma pela qual essas crianças são expostas vêm ao encontro

das problematizações de gênero, no entanto, as colocam em uma nova matriz identitária, configurando para essas crianças ditas trans um novo perfil, uma nova identidade, um terceiro sexo com novos papéis sociais e novos estigmas ligados a ele. A partir dessa percepção inicial mobilizamos nosso olhar para o debate de gênero, coadunando com essa perspectiva não identitária na qual estamos tentando respaldar nossa pesquisa.

2.3.1 Teoria Queer e educação

Miskolci (2012) atenta para a educação nas escolas como um dos principais meios de exercer poder e normalizar sujeitos, e portanto, há a necessidade da Teoria Queer estar presente nesse contexto de forma a reestruturar a educação e superar essa pedagogização do sexo das crianças³. Educar numa perspectiva Queer requer pensar a partir das experiências daqueles que foram subalterizados ou sequer considerados historicamente para poder agir no sentido da superação de desigualdades. Para chegarmos à uma transformação social, Miskolci afirma que é preciso superar também o binarismo homo - heterossexual.

A esfera da educação não precisa, e na minha opinião nem deve seguir essa lógica que busca trocar a formação heterossexista existente por outra simplesmente binária, como a que opõe o homem e mulher, feminino e masculino, hetero e homo. Ou ainda por outra circunscrita aos termos de uma sigla (LGBT), um número limitado de formas de identificação. Em outras palavras, pouco adianta apenas trocar os sinais: se antes se educava todo mundo para heterossexualidade, punindo ou ignorando quem não a seguisse, passar a educar para o binário hétero-homo. Além de manter o impulso normalizador, apenas ampliando o número de possibilidades para um número restrito de identidades disponíveis no presente, essa forma de educar passa a exercer ainda mais pressão social sobre crianças ou adolescentes, pessoas em formação para que se definam logo e adotem uma identidade (MISKOLCI, 2012, p.12)

Identidades se forem prescritas, na concepção Queer remetem à uma forma de normalizar e controlar indivíduos e a escola participa intensamente deste processo. Esses processos de violência deixam rígidos as funções que os indivíduos devem cumprir, são imutáveis e Miskolci (2012) questiona essa identidade fixa, passamos por transformações todo o tempo e a vida toda. Dinis (2013) fala sobre a necessidade de uma Pedagogia Queer – termo criado em 1993 pelas pesquisadoras Mary Brison e

³ MORUZZI, A. B. **A pedagogização do sexo da criança**: do corpo ao dispositivo da infância –São Carlos, UFSCar, 2012, 188p. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos, 2012

Suzanne de Castell - para abranger e redesenhar esse antigo modelo de educação para uma educação pedagógica não-normativa, ou seja, pedagogias que estejam desvinculadas de discursos normativos em qualquer aspecto do indivíduo. (DINIS, 2013)

No Brasil, a pesquisadora Guacira Lopes Louro tem sido destaque quando pensamos em redesenhar a educação a partir dos estudos Queer. Imediatamente a combinação parece não ser viável, pois Queer e escola parecem se repelir. Enquanto a instituição escolar é formada por projetos, binarismo, normas, disciplinas, o Queer implica o estranho, a contestação, e as formas mais plurais possíveis de corpos, gêneros, sexualidades. Louro (2004) defende que a pedagogia queer não diz respeito a uma forma de educação que irá trazer diferentes respostas, mas irá abrir caminhos para novos e contínuos questionamentos, a busca para novas formas de pensar, ser, fazer e agir:

Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva. As questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar. Certamente, essas estratégias também acabam por contribuir com a produção de determinado “tipo” de sujeito. Mas, nesse caso, longe de pretender atingir, finalmente, um modelo ideal, esse sujeito – e essa pedagogia – assumem seu caráter intencionalmente inconcluso e incompleto (LOURO, 2004, p. 52)

Louro (2004) fala de uma Pedagogia Queer que acolha a todos, ou seja, cabe também à infância de modo geral, pois como mencionado anteriormente, as crianças são inseridas no processo de normalização e enquadramento social, e carregam expectativas dos adultos sobre seus modos de agir, falar, brincar como menina ou como menino. Os conceitos da Pedagogia Queer podem ser uma ferramenta para professores uma vez que assim como Dinis (2013) aponta, os docentes sentem o impacto das aceleradas mudanças nas formas de assumir identidades e dos questionamentos sobre as certezas que, por muito tempo, carregamos para dar espaço à uma educação onde saberemos conviver com as contradições, incertezas, paradoxos e multiplicidades que coexistem e afetam não só adultos, mas as crianças também.

Preciado (2013) afirma que a sociedade “heterocrata” constrói crianças heterossexuais e que são direcionadas a se enquadrarem dentro de uma norma de gênero

que irá reprimir qualquer forma de viver e experimentar seu corpo de forma livre e resistir ao que não estiver de acordo com suas vontades e desejos. A pesquisadora denuncia a falsa proteção criada em volta da criança e questiona:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2013, P.97)

Para Preciado (2013) defender que crianças tenham uma família composta por um homem e uma mulher heterossexual não significa de forma alguma protegê-las ou salvá-las. Quando só este caminho é tido como correto, significa que pertencer à uma família composta por duas mães por exemplo é inadmissível. A criança então não passa de um “artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (p.98) A pesquisadora faz esta defesa especialmente porque por anos ela foi essa criança. Sentiu em seu corpo, pela experiência pessoal, sua família e os que cercavam sua infância se constituírem como a “polícia de gênero” (P.98). Ao relatar suas memórias de infância, Preciado torna visível e concreta a percepção falha que a sociedade tem sobre proteger e defender as crianças. Proteger e defender do que? De quem? De viverem suas singularidades como se sentem respeitadas e com apoio e respeito?

Lembro do dia em que, na minha escola de freiras, Irmãs Reconstituidoras do Sagrado Coração de Jesus, a madre Pilar nos pediu para desenhar a nossa futura família. Eu tinha sete anos. Desenhei eu casada com a minha melhor amiga, Marta, três crianças e vários cachorros e gatas. Eu tinha imaginado uma utopia sexual, na qual existia casamento para todos, adoção, PMA... Alguns dias depois a escola enviou uma carta à minha casa, aconselhando os meus pais a me levarem a um psiquiatra, para consertar o mais rápido possível o problema de identificação sexual. Depois dessa visita, vieram várias represálias. O desprezo e a rejeição do meu pai, a vergonha e a culpa da minha mãe. Na escola foi espalhado o rumor de que eu era lésbica. Eu tinha um pai e uma mãe, mas eles foram incapazes de me proteger da depressão, da exclusão, da violência. (PRECIADO, 2013, P.100)

Assim como ocorre com muitos pais e mães, a família de Preciado, segundo o próprio autor, sua família estava em defesa, não de sua filha, da criança, mas do cumprimento das regras sexuais e de gênero que estavam enraizadas neles durante anos, por meio do sistema educacional que não permite o fugir à regra imposta da heterossexualidade. Esse sistema de normalização, ao invés de proteger a criança, rouba

dela seus respectivos pai e mãe e os transformam em “representante repressivo da lei” e “reprodutora da norma sexual” (p.101).

Essa defesa mascarada, na verdade, reforça os vários formatos de discriminação, punição e rejeição dos pais sobre as crianças não heterossexuais (PRECIADO, 2013). A defesa pelos direitos das crianças e adolescentes deve vir no sentido de não construir uma identidade simplista e reducionista e sim respeitar e valorizar todas as formas de expressão identitárias e sua fluidez (PRECIADO, 2013).

Olhar a sociedade pelos caminhos similares ao de indivíduos e pesquisadores como todos os teóricos citados até aqui, e como Preciado, implica entender que uma nova categoria social emergiu e precisa ser colocada em pauta para discussão: as crianças trans ou diversas em termos de gênero como aponta Saleiro (2017). Para além da nova categoria social é preciso principalmente buscar garantir dentro e fora das escolas o cumprimento dos direitos das crianças e nestes direitos está incluso o respeito total aos desejos infantis e suas experiências sobre seu gênero e sexualidade. A criança precisa ser compreendida como um indivíduo polimorfo em seu processo de experimentação, onde nenhum rótulo deve ser atribuído.

O referencial estruturado pela teoria queer nos leva à indícios de que não se trata somente de uma nova identidade (crianças trans) que está surgindo, para incorporar à escola uma nova sigla, com novos estereótipos e novas recomendações, mas sim, uma forma de questionar os binarismos estabelecidos socialmente. No capítulo a seguir, tendo como base as pesquisas localizadas sobre crianças trans iremos aprofundar esta discussão.

CAPÍTULO 3 : CRIANÇAS TRANS NO DEBATE ACADÊMICO

Meu corpo é uma jaula desagradável, na qual terei que me mostrar e passear. É através de suas grades que eu vou falar, olhar, ser visto. Meu corpo é o lugar irremediável a que estou condenado.
Michel Foucault, 1966

Antes de focar a atenção nos estudos Queer e suas contribuições no sentido de compreender a criança em sua individualidade e sem rótulos pré-estabelecidos socialmente, é necessário observar como o debate ocorreu no meio acadêmico até chegarmos aos estudos Queer. No decorrer do capítulo 1 e 2 cronologicamente apresentei por quais caminhos os debates e lutas sobre gênero e sexualidade foram adentrando e se ramificando socialmente. Conforme pesquisadoras foram conquistando espaço na política e nas pesquisas, os movimentos foram fortalecidos principalmente durante o governo do ex presidente Lula. Durante seu segundo mandato com programas para o debate de gênero e sexualidade ser incluso na educação escolar, estas questões alcançaram as crianças que estão na base da educação. Em meio às disputas políticas e acadêmicas, as crianças tornaram-se alvo dos olhares de pesquisadores uma vez que habitam uma infância que as normatizam.

Durante a realização do levantamento teórico na plataforma “Google scholar”, ao inserir os descritores: crianças e transexualidade, crianças trans, crianças transgênero, crianças queer, infância queer, infância trans, foram encontrados 26 trabalhos publicados em periódicos ou em anais de congressos. Os trabalhos datam a partir de 2010 até 2017. Na tabela abaixo apresento cada uma destas publicações:

Ano	Título	Área
2010	Crianças transgênero: mais do que um desafio teórico	Educação/ psicologia
2011	Sexualidade, gênero e o terceiro sexo: a biopolítica dos corpos infantis voltados à normalização heterossexual	Educação
2013	Quem defende a criança queer?	Filosofia
2013	Crianças trans: memórias e desafios teóricos	Psicologia
2013	O cotidiano escolar e os impactos da teoria queer face à pedagogia heterossexista	Filosofia
2014	Brincar de gênero: uma conversa com Berenice Bento	Sociologia
2014	Um estudo etnográfico e “mãe-biográfico” a respeito da vivência trans durante a infância	Antropologia
2014	Literatura LGBT para crianças: analisando a sua inclusão no currículo como uma ferramenta pedagógica	Educação
2015	Por uma pedagogia queer da amizade	Sociologia
2015	Crianças queer e a representação na mídia brasileira	Ciências da comunicação
2015	PRECIADO, Paul Beatriz. Manifesto Contrassexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014, 224 p.	Antropologia
2015	Educação não binária de crianças e adolescentes e a	Direito

	implementação de políticas públicas para a promoção da orientação agênero	
2015	Minorias, direitos de crianças e adolescentes: notas sobre o reconhecimento, proteção e promoção nas perspectivas do direito da sexualidade e do direito da antidiscriminação	Direito
2016	A criança queer no cinema e as subversões das normas de gênero e sexualidade na escola	Educação
2016	Gênero: uma questão muito além da sexuologia	Direito
2016	Transexualidade na infância: reflexões a partir do documentário “meu eu secreto - histórias de crianças trans”	Sociologia
2016	Estereótipos, papéis e atitudes de gênero em crianças de idade pré-escolar	Psicologia
2016	Identidades e Expressões de Gênero: Trabalho de projeto para famílias de crianças com comportamentos de gênero não-normativos	Psicologia
2016	Infâncias queer: raspas e restos nas políticas de educação	Psicologia
2017	Transexualidade infantil na Psicologia: uma revisão bibliográfica	Psicologia
2017	Temáticas transgênero na literatura infantil	Educação
2017	Memórias da família e escola: relatos de mulheres transgêneras a partir da história oral	Educação
2017	Em nome dos cuidados, da proteção e da educação: infância, corpo e gênero como discursos entre professoras da educação infantil	Educação
2017	Dos enigmas da infância: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero	Educação
2017	Um estudo sobre a criança queer na mídia brasileira	Ciências da comunicação
2017	Dossiê: Gênero, educação e cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades	Sociologia

A partir destes 26 trabalhos acadêmicos publicados é possível acompanhar cronologicamente como ocorriam as discussões acerca de “crianças trans” e em quais áreas do conhecimento e que as produções aos poucos vêm crescendo e tomando mais a atenção em diversas áreas de pesquisa.

- 2010 – 01 Trabalho
- 2011 – 01 Trabalho
- 2013 – 03 Trabalhos
- 2014 – 03 Trabalhos

- 2015 – 05 Trabalhos
- 2016 – 06 Trabalhos
- 2017 – 07 Trabalhos

A seguir iniciaremos a apresentação dos debates acadêmicos localizados, tendo como organização a ordem cronológica de publicações.

Iniciando a análise dos trabalhos publicados a partir de 2010, observa-se que o único localizado neste ano a partir da busca com os descritores anteriormente citados diz respeito à tradução publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de uma pesquisa realizada pela Universidade de Londres Inglaterra.

Kennedy (2010) em sua pesquisa sugere que desde a infância crianças percebem que a identidade de gênero que representam na sociedade não condiz com a forma como elas enxergam a si mesmas e que, com o tempo, a criança racionaliza e reproduz algumas situações e oculta e suprime outras e acaba possibilitado a ocorrência de problemas como o fracasso escolar, transtornos de gênero e fracassos em outras áreas da vida. De acordo com a autora, a bibliografia sobre crianças trans é pouca e os trabalhos existentes estão ligados à área da psiquiatria e dizem respeito à:

A grande parte da pesquisa em Desordem de Identidade de Gênero (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000, p. 535) em crianças é legitimar a “prevenção” ou “eliminação” do que é considerado socialmente inaceitável, o comportamento de gênero transgressivo.” (p. 2). Além dos estudos na psiquiatria muito do que tem sido escrito fora do domínio da psiquiatria parece sugerir que as crianças transgênero são muito raras. (2010, p. 2)

Acerca da raridade da existência de crianças trans em seus estudos, Kennedy (2010) coletou dados por meio de entrevistas com 121 pessoas no Reino Unido. As entrevistas buscavam saber quando foi a primeira vez que os sujeitos se lembravam de sentir que sua identidade de gênero com que se identificavam era diferente da identidade registrada no nascimento. O período de maior ocorrência da identificação com o gênero distinto do de nascença foi com idade de três a nove anos de idade, 76% dos participantes afirmaram ter essa consciência durante esse período. Após essa percepção sobre suas identidades de gênero, Kennedy (2010) mostra que as crianças passam a internalizar uma percepção de que são um erro, um pecado, ou doentes e principalmente uma sensação de não pertencimento social. Esses sentimentos trazidos pelas memórias dos entrevistados de Kennedy (2010) majoritariamente desencadearam

movimentos de ocultar como se sentiam sobre as identidades de gênero que eram determinadas por medo das reações da família e outras crianças como o relato trazido por um dos participantes da pesquisa:

“Quando confessei, pela primeira vez (com aproximadamente 9 anos), a alguns amigos e ao meu irmão mais novo, a reação foi de puro horror, e entendi que eu nunca poderia revelar isso outra vez”. Parece que o radar social da maioria das crianças transgênero (assim como o da maioria das outras crianças) é suficientemente bom, mesmo em idade jovem, para detectar que ser transgênero é inaceitável. (2010, p. 28)

Kennedy (2010) segue problematizando que ignorar a existência de crianças trans reforça os paradigmas sobre gênero binário (masculino – feminino) que em sua argumentação sofrem influência de estudos científicos e interpretações seletivas destes estudos. Essa polarização dos gêneros cria uma forte tensão entre o modo como cada indivíduo se sente, se enxerga e as expectativas construídas socialmente. Para Kennedy (2010) é durante a infância que o policiamento para cumprir com as normas de gênero acontece de forma mais intensa, levando à exclusão e recriminação daqueles que não cedem para se enquadrar dentro do esperado. Kennedy (2010) atenta para o que para a autora seria um “desafio em potencial ao conceito de gênero de Judith Butler, como um ato de fazer ao invés de ser” (p.32). A teórica questiona:

São estas crianças não realmente transgênero, a menos que estejam empenhadas em fazer algo que diz respeito a essa identidade? Será que os atos de chorar até dormir, rezar para que acordem como uma menina ou menino, ou desejar que possam usar vestidos, gravatas, saias, calças ou brincar com bonecas ou trens, por exemplo, quando não são capazes de se envolverem abertamente naquilo que normalmente seria considerado a expressão de gênero, contam como (trans) expressão de gênero? (KENNEDY, 2010, P.34.)

Estas questões contribuem para refletirmos sobre o que possibilita enquadrarmos crianças como sendo trans? Quais práticas? Quais maneiras de expressar e sentir? Elas realmente são suficientes para que essas crianças sejam assim consideradas trans? Neste momento fica aparente um ponto nefrálgico da questão, que resumir a humanidade em dois gêneros (masculino/feminino) é insuficiente e desrespeitoso, pois milhões de pessoas expressam suas identidades de forma muito mais fluída e diversificada, portanto essa classificação rígida não cabe. Existem outras inúmeras formas de ser dentro do gênero. No entanto, classificar crianças como trans a partir de um determinado acervo de comportamentos, falas, modos de interagir consigo e com o outro é suficiente para

que possamos chegar ao ponto de dizer que aquela criança é trans? Não estaríamos fugindo de cair em uma forma rígida para cair em outra? O que fica claro é que se uma criança manifesta identificação com um gênero diferente do seu até o momento desta discussão o que importa é que acima de tudo ela continue sendo respeitada e não coagida. Afinal, Kennedy (2010, p. 38) atenta:

Se um sistema escolar tentasse coagir qualquer outro grupo de indivíduos a se tornarem pessoas que não são, para considerar um núcleo interno de suas identidades como ilegítimo e impedi-los de expressar livremente suas identidades, particularmente a partir de uma idade muito jovem, seria caracterizado como bárbaro. Contudo, parece que a maioria das escolas não apoia crianças trans até mesmo a ponto de, tacitamente, permitir ignorar, ou mesmo participar de intimidação que as obriga a esconder ou suprimir estas identidades. (2010, p.38)

Essa incapacidade social de respeitar as diversas formas de ser humano dentro do gênero, sufocam crianças a obedecerem à uma sistema totalmente invasivo e preconceituoso e o preço pago pelos milhões que não se encaixam nas normas é extremamente alto e muitas vezes custa a vida. Kennedy (2010) finaliza sua pesquisa propondo um caminho de que as escolas ao menos tratem os conceitos em torno da transgeneridade com crianças para que as que não se identificam com o feminino ou masculino sintam que não estão sós e contribuir para que as outras crianças respeitem essa variedade nas formas expressar gêneros para não ser mais conivente com a intimidação, exclusão e violência com seres humanos que querem experimentar diferentes maneiras de ser e viver gêneros e sexualidades.

No ano de 2011, também foi localizado um único texto a partir dos descritores na área da educação. O debate apresentado por Paterno (2011) decorre a partir do questionamento sobre “ como se dá a infância da criança com transtorno de identidade de gênero?” (p.1). Para a pesquisadora a construção da sexualidade da criança nos moldes de uma sociedade heteronormativa obriga as crianças que não se encaixam nos moldes pré-estabelecidos socialmente a fingir ser o que não são a fim de promover uma normalização dos corpos e comportamentos infantis. Paterno (2011) refere-se à sexualidade e ao gênero como quase que sinônimos ao afirmar:

(...)a orientação sexual é a manifestação que uma pessoa sente e percebe como sua forma de sentir-se atraída e interessada sexualmente ”, independente da afeição ser com pessoa do mesmo sexo ou do oposto. Não é uma escolha. É a identidade de gênero, o sentir-se homem ou mulher. Ainda em conformidade com esse autor, “a identidade de gênero costuma estar estabelecida entre 18 e 24

meses” e a criança terá de lidar com sua orientação sexual desde cedo. (PATERNO, 2011, p. 4)

O trabalho de Paterno (2011) objetiva dar mais visibilidade às crianças que não se enquadram na heteronormatividade social, e a importância da família compreender e apoiar essas crianças em seu processo de crescimento porém apresenta uma visão patológica ao tratar o trans como transtorno de identidade.

Com a entrada do período Moderno houve a construção da mentalidade de conceber a criança como ser que necessita de cuidados e que cabe à família controlar onde, quando, e de que forma a infância deve acontecer, impedindo a criança de criar, recriar, alterar a sua própria infância a partir de suas identificações singulares. Paterno (2011) continua afirmando que “[...] vários sujeitos infantis conseguem dar novo significado a velhas regras e nesse momento se tem o início de uma nova fase social e cultural. A infância que estudamos é composta por especificidades próprias, com novas exigências para o contexto atual”(p.10). Desta forma a pesquisadora defende a oportunização para que desde a infância seja valorizado e respeitado os desejos e expressões das crianças.

Essa lógica parece tornar indissociável a construção do gênero com a construção da sexualidade no sentido de se uma criança nascida menino começa a se identificar com o gênero feminino, logo ela assumindo a identidade de menina irá sentir-se atraída sexualmente por outros meninos. Essa associação acaba criando na criança outro estereótipo limitante e desrespeitoso primeiro porque coloca a identidade de gênero estabelecida até os dois anos de idade, como se fosse imutável e, segundo, continua impondo pré determinações sobre como a criança deve viver e experimentar sexualidade que está sendo construída.

O movimento de luta pela valorização e respeito acaba se perdendo quando Paterno se refere à estas crianças como “àqueles com transtorno de identidade de gênero” (p.8). Isso porque ao referir-se como um transtorno, coloca a identificação com outro gênero distinto do de nascimento como algo problemático, anormal patológico, e na verdade é simplesmente uma identificação diferente da que se era esperada socialmente. Essa visão torna o respeito e a valorização destas crianças algo relativo.

No ano de 2013 foram localizados três trabalhos que tratam da questão da transgeneridade na infância. Um deles é de autoria de Preciado, uma das maiores referências entre os teóricos queer. Em seu texto de 2013, intitulado “Quem defende a

criança Queer”, Preciado (2013) critica a forma como as crianças são “cuidadas e criadas”. Para o pesquisador os sistemas familiares e políticos são truculentos com os pequenos. Seu texto traz sua própria infância e como foi violentamente atingido pelo processo massivo da chamada polícia de gênero o qual precisou fugir para se proteger e conseguir viver expressando sua identidade da maneira como se sentia humano de verdade, pois segundo Preciado (2013) sua família durante sua infância não representavam seus direitos, de determinar seu próprio gênero e sexualidade, mas sim a defesa e garantia da reprodução das normas de gênero e também sexuais.

Os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero. Uma criança que privam de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo livre e coletivamente, usar seus órgãos e seus fluidos sexuais. Essa infância que eles afirmam proteger exige o terror, a opressão e a morte. (PRECIADO, 2013, p.1)

Preciado (2013) teve uma realidade que é a realidade de milhares de crianças no Brasil e no mundo, que são violentadas socialmente de todas as formas por conta de um sistema de poder que rege a sociedade regulando como a vida deve ser vivida, tratando corpos como máquinas que devem ser programas a executar determinadas funções e ser descartadas, caso não cumpram com o esperado.

No mesmo caminho, o texto de Jesus (2013) remonta memórias de adultos que reconheceram desde a infância conflitos com seus respectivos gêneros. Sua pesquisa procurou compreender os impactos psicossociais ao identificarem essas divergências em suas histórias de vida. Os participantes relataram que a primeira vez que sentiram uma certa divergência com seu gênero de nascimento foi com idade entre quatro e sete anos e que demoraram a compreender totalmente o que estava acontecendo dentro deles, sentimentos de estranheza, medo, culpa, omissão negação foram recorrentes entre os participantes do estudo. Memórias como a de um dos pesquisados: “Comecei a me sentir estranha diante de outros coleguinhas, me sentia muito menina, gostava de sentir a pele dos rapazes em mim, nossa, penso que já era aquele tesão que você na idade não sabe identificar, mas era super satisfatório” (JESUS, 2013, p.7). Quanto mais negavam sua insatisfação consigo mesmos, mais latente ficavam as sensações de não pertencimento ao gênero de nascimento. Essa realidade mostra, segundo Jesus (2013), a realização do processo de apropriação das crianças dos discursos e práticas binárias e heteronormativas, pois essas

crianças estavam buscando controlar, domar seus corpos e evitar fugir do que é dito como normal, performando um gênero socialmente esperado para aquelas crianças.

Os resultados da pesquisa de Jesus (2013) reforçam os argumentos de Preciado (2013) pois, ambos destacam a difícil tarefa das crianças que lutam com a estranheza de seus próprios corpos; essas crianças, são ainda patologizadas e invisibilizadas. Jesus (2013) finaliza sua pesquisa atentando para os grupos sociais onde as infâncias acontecem e que instituições como a escola reproduzem fortemente a cultura sexista e heteronormativa e, portanto, não tem respeitado nem incluído esses indivíduos como seres humanos que possuem os mesmos direitos.

A despeito da escola, Nino e Piva (2013) levam em seu texto a discussão para as possibilidades de contribuição no trabalho pedagógico com respaldo da teoria queer. Os autores afirmam a prevalência da ideologia de gênero binária nas escolas, sua valorização e a tentativa de anular a existência de outras possibilidades de performar gêneros. Ao seguir nesta direção a escola desempenha uma função de poder coercitivo, excludente e levam às crianças a sentirem-se anormais e omitir esse sentimento, tendo um comportamento que irá apontar “desvios” de seus pares. (Nino e Piva, 2013, p.8) é neste ponto que conceber a teoria queer como instrumento político, teórico e prático e assim incluir sua fundamentação nos currículos escolares pode contribuir com a formação de sujeitos mais respeitosos, empáticos e autônomos em suas experiências de vida e suas identificações não só sobre gênero e sexualidade, mas sobre todos os aspectos de ser humano (p.12).

Os trabalhos encontrados no ano de 2013 mostraram que os desafios e violências sofridos por crianças transgênero são principalmente reforçados no contexto familiar e escolar, trazendo traumas e problemas diversos até o momento em que, por algum motivo, às vezes já adultos, estes indivíduos cansam de serem invisibilizados e assumem suas identidades. Neste momento, apesar de se sentirem mais aliviados e de acordo com seus desejos e vontades, estas crianças ou já adultos continuam sofrendo diversas formas de violência devido às normas heterossexistas da sociedade. Por isso a escola precisa reestruturar suas práticas em prol de uma formação humana não binária conservadora cisgênera e neste caso, a teoria Queer se coloca como principal ferramenta de estudo, e práticas na escola, para que crianças não sofram mais como os entrevistados da pesquisa de Jesus (2013) e o próprio Preciado (2013) e sejam inteiramente respeitadas em seus direitos de ser.

No ano de 2014, foram localizados três trabalhos sendo um na área de antropologia, um na área de educação e um na área de sociologia, versando sobre questões de experiências trans e materiais para abordar essa temática com crianças.

Um destes trabalhos analisou um livro infantil ‘o namorado do papai ronca’ e discute como esse e outros materiais similares podem se colocar como forma de apoio para o trabalho docente visando contribuir com a formação humana com respeito igualitário à todas as formas de expressão de gênero e sexualidade. Um ponto importante de se destacar refere-se à motivação da pesquisa feita por Carvalho (2014). A pesquisadora teve como ponto de partida a experiência de assistir o processo de discriminação de alunos com uma criança que não agia de acordo com os comportamentos normativos sociais esperados a partir do gênero que lhe foi atribuído no nascimento e a escola, professores e funcionários agiam pela omissão.

Carvalho (2014) não toca especificamente nas contribuições da teoria queer, mas atenta para a dimensão do impacto que as práticas e discursos recorrentes na escola, especialmente que vêm do professor têm no desenvolvimento da criança, “[...] principalmente nas turmas infantis. Durante esse período, os alunos se desenvolvem cognitivamente, emocional e socialmente. Através da experiência de sala de aula que os alunos passam a aprender a ouvir, respeitar e compartilhar, além de aprender a investigar para formular ideias, ter atitude e desenvolver conceitos” (p.4). Em direção a este objetivo, Carvalho (2014) considera a literatura um dos mais poderosos instrumentos do professorado no processo da criança construir suas compreensões de si, do outro, e do mundo. E aliar a literatura para tocar campos como gênero e sexualidade com crianças pode ser extremamente significativo.

No segundo texto Oliveira (2014) realizou um trabalho também no sentido de analisar a temática trans pelo viés de lembranças de quando deparou-se com o fato de ser antropóloga, estudar por anos sobre gênero, feminismo e outras tantas questões de base e ao perceber que sua filha de três anos se identificava como menino sentiu-se perdida por vezes e reproduzindo as práticas e discursos que tanto criticava. Na análise dos dados se sobressai novamente as oscilações de sentimentos de seu filho primeiramente de desconforto e desencontro entre o corpo da criança com o gênero que lhe foi atribuído, sensação de estranheza, erro, não pertencimento, seguidos de um segundo período de omissões, medos a experiências de felicidade e alívio na descoberta e no assumir sua identidade.

Mãe, quando eu vou virar menino?"; "Mãe, ser menina é muito chato, ela são bobas, eu não quero ser boba"; "Mãe, por que Deus fez isso comigo?"; "Mãe, eu vou ter pitoca?" "Mãe, queria poder fazer xixi em pé feito os meninos"; "Mãe, eu quero ser menino!"; "Mãe, me chama de Pedro?" (Relato sobre os questionamentos de Pedro sobre seu gênero aos quatro anos de idade. OLIVEIRA, 2014, P.645)

A partir de sua experiência pessoal, Oliveira (2014) em seu trabalho analisou relatos de mais cinco jovens trans e suas infâncias e destacou a difícil tarefa de conseguir subverter totalmente a lógica binária de gênero. Enquanto a sociedade força às crianças a terem comportamentos de um determinado gênero isso "[...]pode levá-las a internalizar expectativas irreais de suas expressões de gênero, levando algumas delas a tentarem, forçadamente, representar um gênero que não lhes é subjetivamente apropriado" (p.655). Por fim, esse processo, de acordo com Oliveira (2014) desencadeia uma transfobia nas crianças e jovens que não conseguem subverter as normas, resultando em problemas de saúde mental e na patologização equivocada de ser transgênero.

O terceiro trabalho do ano de 2014 trata-se de uma entrevista dada pela pesquisadora Berenice Bento, teórica de destaque nos estudos gênero e sexualidade na área das ciências sociais, tendo publicado a primeira tese brasileira fundamentada pela teoria queer e tendo como referenciais Judith Butler e Beatriz Preciado. No início dos anos 2000 Berenice atuava em um hospital e relata a naturalização da questão do trans como doença:

Quando eu fazia campo no hospital, tudo o que eu lia me dizia que aquelas pessoas sofriam de um transtorno de identidade de gênero ou eram disfóricas. Algumas referências trabalhavam com a ideia de "transexualismo". Mas eu não conseguia ver isso, eu podia ver jogos, negociações. (Entrevista de Berenice Bento para DIAS, 2014, p. 477).

As concepções de Berenice foram transformadas ao longo dos anos partir do contato com a Teoria Queer. No que tange as questões de gênero na infância, Bento em sua entrevista a Dias (2014) fala sobre as crianças brincarem de gênero, sobre brincarem livremente de performar o que quiserem. Esse movimento implica num movimento de luta pela "[...] abolição do gênero, penso em ficarmos com a dimensão da fluidez e combater as supostas determinações biológicas para explicação de nossas subjetividades e desejos. Isso pode nos colocar diante de novos desafios para pensarmos que, nesse contexto, não terá muito sentido falarmos de identidade de gênero." (BENTO para DIAS, p.483, 2014).

Ao invés disso, no Brasil o que ocorria na ocasião da entrevista em 2014 era o processo de medicalização de identidades. Nesse contexto, oferecer hormônios para crianças é reforçar a mesma lógica binária do gênero a partir de um corpo esperado para ser mulher ou homem, e transformá-la em prisioneira de medicamentos. Bento finaliza chamando a atenção para a gravidade de solidificar uma terceira categoria identitária para a criança em prol de um discurso de falso respeito.

No decorrer de 2015, cinco trabalhos foram publicados dando continuidade à luta pelo reconhecimento dos direitos das crianças. Neste contexto, Rios (2015) discorreu argumentos em defesa dos direitos antidiscriminatórios, bem como, dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Para o autor, o cumprimento dos direitos sexuais da criança estão vinculados à uma imagem negativa da sexualidade e direcionam seu cumprimento pelo viés da proteção, contra violência sexual, censura e restrição e há a necessidade de construir uma visão positiva destes direitos sexuais, ou seja, que contribua para sujeitos responsáveis por suas próprias formas de experienciar sua sexualidade. Rios (2015) denomina esse movimento como direito democrático da sexualidade, seria a forma mais efetiva de tratar crianças como sendo sujeitos de direitos.

Deste modo, confluem os direitos de liberdade, de igualdade e de dignidade da pessoa humana (Rios, 2011). Dignidade humana entendida como espaço autônomo de experimentação, amadurecimento e construção de seu destino, de acordo com suas preferências, desejos e tendências, sem ser tomado como objeto de um projeto heterônomo, onde uma pessoa é vista como alguém a encarnar uma determinada concepção heterossexista de indivíduo, de família, de sociedade e até mesmo de Estado”. Para tanto, é necessário respeitar a liberdade individual que, sem dúvida, crianças e adolescentes aos poucos e, efetivamente, vão construindo e experimentando em suas trajetórias, livres de discriminação. (RIOS, 2015, p.)

Cumprir com estes direitos básicos tem demandado tanta urgência, pois violar estes direitos é violar criança também.

Seguindo pelo caminho dos direitos o texto de Souza e Costa (2015) também enfoca no alcance da prática dos direitos humanos. Os autores direcionam o alcance deste objetivo por meio da chamada “educação agênero” (p.14) que transcenderia o binarismo existente nas escolas e acolheria crianças que não se sentem pertencentes aos seus gêneros de nascimento, proporcionando um espaço acolhedor, respeitoso e aberto para debates e construções de relações pautadas na valorização das diferenças.

A pesquisa etnográfica/narrativa de Cornejo (2015) faz uso do termo “pedagogia queer da amizade” (p.11). Sua pesquisa foi pautada em duas entrevistas realizadas com

Ítalo, uma criança Queer que viveu no Peru, na década de 1950 que foi agredido e estuprado por um grupo de homens aos 8 anos por ser um menino afeminado. Nas palavras do autor:

Esse é um exercício sanguinário de heteronormatividade pelo qual a masculinidade heterossexual é construída como uma origem que produz corpos marcados sexualmente, alguns corpos sendo amaldiçoados como “outro” e legitimados a serem violados. Esses homens – estupradores mostram um complexo e ansioso desejo por prazer corporal, pelos limites do corpo e por uma identidade fixada como “hétero”. Esse é um mecanismo de poder/saber que patologiza sexualidades e performances de gênero alternativas a uma heterossexualidade imaginária, mas, ao mesmo tempo, nega e tenta desocupar sua própria estranheza inalienável. Esses estupradores representam a si mesmos como um corpo masculino coletivo – um corpo feito da malha de muitos homens e de suas intimidades – que viola um corpo abjeto (CORNEJO, 2015, P.5)

O trecho acima retrata a lógica cruel de uma sociedade heteronormativa e o preço que os que não se enquadram pagam. Preço de sangue. A menina Ítalo foi violentada de várias formas várias vezes, esfaqueada, abusada por policiais – que estavam recolhendo o depoimento de um estupro onde Italo havia sido vítima. A pedagogia Queer da amizade abordada por Cornejo (2015) não se limita aos muros da escola, mas às pessoas que nos cercam e se colocam como rede de apoio. Os pares que se retroalimentam e não permitem que nós, sujeitos não normativos vivamos escondidos e com medo eternamente. Os amigos feitos por Ítalo segundo ela, foram os responsáveis por sua sobrevivência, luta, reconciliação com os pais e apoio à outros tantos que viviam realidades parecidas com as de Ítalo. Isso evidencia a necessidade de construirmos uma sociedade consciente das singularidades de cada pessoa. Relações sociais saudáveis contribuem para o desenvolvimento de uma realidade social mais igualitária e que respeite os direitos humanos de todos.

O último trabalho do ano de 2015 refere-se à realidade como as de Ítalo discutida acima, porém num contexto mais atual, no cenário brasileiro e retratada pela mídia. Fioravante (2015), partindo da afirmativa sobre a formação defasada de jornalistas no que tange a temática de crianças trans, ou de acordo com o autor, crianças queer, decorrem inúmeros equívocos no trato com esses sujeitos e no emprego dos termos corretos e respeitosos. Apesar dos estudos sobre a temática para poder estruturar uma notícia ou matéria, muitas vezes as mídias “...retratam o sujeito infantil que foge aos estereótipos de gênero e sexualidade de maneira embasada num olhar normalizador, patologizante” (FIORAVANTE, 2015, P.75) e que criam ou reforçam estereótipos já

existentes. A mídia se coloca como principal canal informativo e têm desempenhado um papel de dispositivo que normaliza e educa a sociedade a partir daquilo que transmite.

Sierra e Cesar (2016) apresentam em sua pesquisa, a experiência de vida de indivíduos queer e os impactos causados nas escolas que recebem esses sujeitos, analisando os filmes “*Tomboy*” e “*Ma vie en rose*”. Os autores primeiramente chamam a atenção para a linha tênue que o queer se depara quando tentam torná-lo uma nova categoria de identidade e acabam caindo em outro formato de normalizar corpos.

Ao ser abrigado na seguridade de uma suposta identidade estável, reconhecível, previsível e familiar, o queer perderia seu caráter político mais importante, isto é, o de fazer estranhar, confundir, desfamiliarizar, por meio do escândalo do seu corpo abjeto e de suas práticas sexuais e afetivo-amorosas não reconhecidas pela heteronormatividade, um modo de vida outro. (SIERRA e CESAR, 2016, p.49)

Num segundo momento do estudo, Sierra e Cesar (2016) analisam o filme “*Tomboy*” e “*Ma vie en Rose*” para aprofundar a discussão tratando especificamente de crianças queer. Em ambos os filmes e na vida real as instituições escolares não respeitam, protegem ou acolhem crianças que não são heteronormativas. Muito pelo contrário, esses espaços fiscalizam e moldam os sujeitos dentro de suas regras, levando muitos a desistirem de estudar. Por enquanto, os esforços tomados política e academicamente não têm surtido efeitos significativos na vida destas crianças exemplificadas pelos dois filmes. As concepções em torno das questões de gênero ainda são muito binárias, categorizantes e naturalizadas. Sierra e Cesar (2016) finalizam sua análise vislumbrando um longo caminho ainda a ser percorrido para conseguir chegar à uma pedagogia queer que garanta espaços e uma educação que respeite a não normatividade de crianças.

Em 2016 também, Zacharias, Albiero e Jahnke debateram a necessidade sobre a inclusão da temática de gênero na sociedade para ampliar a compreensão dos indivíduos sobre variedade de possibilidades para que os sujeitos construam seus gêneros, e reiteram a necessidade de por meio dessa abertura ao debate, estabelecer relações de respeito com todos.

Cassal e Ferreira (2016), em sua pesquisa também caminham pelo espaço da escola para debater sobre crianças e jovens não normativos que são violentados física e psicologicamente, que são mortos por colegas ou pela família e que não recebem apoio

dentro das escolas. Muito pelo contrário, a permissividade de uma educação heteronormativa massacra os direitos de crianças e jovens todos os dias. Por meio de relatos reais, Cassal e Ferreira demonstram como a equipe escolar contribui para destruir a vida de crianças que não se enquadram nas normas sociais.

Rodrigues e Barros (2016) pelo viés cinematográfico fazem suas discussões sobre crianças transexuais a partir do documentário “meu eu secreto – histórias de crianças trans”. Este documentário teve grande repercussão e foi exibido pelo canal americano “ABC” no ano de 2007. Sua narrativa conta a história de três indivíduos trans, o menor deles com seis anos de idade. Os autores indicam a necessidade de que as famílias reconheçam essa criança trans e dêem o devido respaldo para que ela se aceite e se expresse como se sentir melhor. Rodrigues e Barros (2016) compreendem que o cinema se coloca como importante instrumento que leva a população a estabelecer e reproduzir valores e normas por meio das mensagens que transmite em suas produções. Sendo assim, pode levar à formação de novas formas de pensar e viver o mundo em sociedade que sejam respeitadas para os indivíduos que não se encaixam no binômio masculino/feminino (p.302).

[...] os filmes podem contribuir para ajudar a identificar os tabus e trazer reflexões sobre os preconceitos relativos à transexualidade e comportamentos discriminatórios no intuito de sensibilizar as pessoas, mostrando os constrangimentos sofridos pela orientação sexual e/ou identidades de gênero. (RODRIGUES E BARROS, 2016, p.305)

Ao longo das entrevistas ficou claro o verdadeiro inferno vivido pelas crianças entrevistadas que não se identificam com seus gêneros de nascença e tentam de tudo para expor isso aos familiares. A compreensão e o respeito dificilmente vem integralmente e episódios de dor e violência degradingam até o limite do caos. O diálogo com famílias e escola é fundamental para que se abra um caminho de formação e compreensão, estas instituições precisam se colocar como rede de apoio à crianças não normatizadas sem se preocupar se se trata de algo transitório ou não para que situações como a seguir deixem de ser comuns:

O pai relata que entrou em choque. Que se questionava: “Como pode uma criança com tenra idade dizer o que quer ser?” Até que um incidente na banheira convenceu os Grant o quão confuso seu filho estava sobre sua identidade de gênero. A mãe relata que ao sair do banheiro, deparou-se com Richard segurando um cortador de unhas, abrindo seu pênis. A mãe o questionou perguntando o que ele estava fazendo e, escutou a seguinte resposta:

“Mãe, não consigo alcançar”. Ele ia cortar o pênis! (RODRIGUES E BARROS, 2016, p.311)

Crianças e jovens não devem ter que passar por violências sociais e muito menos por auto mutilações porque não se aceitam dentro de seus respectivos corpos, porque se vêem como meninas, mas por possuírem um pênis são enquadradas como meninos. Se a compreensão e aceitação da família, da escola, de amigos têm obstáculos, viver preso a um corpo que o indivíduo sente que não o pertence é incomparavelmente pior e não há nada que justifique o desrespeito, a violência e a não aceitação por parte de outras pessoas. Documentários como este apresentado na pesquisa de Rodrigues e Barros (2016) vem como ferramenta para conscientizar e quebrar tabus e preconceitos a respeito de crianças e jovens trans, e principalmente mostrar que o apoio à essas pessoas se faz fundamental para a sobrevivência delas.

Ricardo (2016) desenvolveu sua pesquisa em Portugal e seu trabalho tornou-se uma importante referência na área da Psicologia, sendo traduzido e utilizado no Brasil. Seu estudo teve como objetivo propor um projeto para ajudar famílias com crianças que não se identificam com seus gêneros de nascença. Após apresentar todos os conceitos que abarcam as discussões de gênero e sexualidade, o pesquisador indicou as dificuldades encontradas por crianças não normatizadas e as dificuldades das famílias destas crianças com o auxílio de questionários respondidos. Por parte das crianças, as dificuldades relatadas nas coletas de dados de Ricardo (2016) são a dificuldade de compreender o porquê se sentem diferente de outras crianças, o medo da reação da rede de apoio dos pequenos, família e amigos; medo do futuro desenvolver um corpo que não querem; falta de ajuda, não ter com quem conversar sobre como essas crianças se sentem e como podem agir. Por parte dos pais, os maiores medos e desafios citados foram incompreensão e dificuldade de aceitar seus filhos reconhecendo-se em outro gênero, medo dos julgamentos pela sociedade ao quebrar as normas de gênero, falta de informação e suporte para as famílias conseguirem lidar com algo que não é muitas vezes aceito social e politicamente, apoio financeiro e de políticas públicas que respaldem essas famílias, acesso à educação que valorize e respeite essas crianças sem casos de *bullying* e violência e contato com pessoas trans a fim de quebrar a imagem negativa construída dos transexuais (RICARDO, 2016, p.10). Nas palavras do autor, após levantar os maiores medos e dificuldades das crianças trans e suas famílias, a pesquisa realizada procurou:

Promover conhecimento e uma maior sensibilização à comunidade no geral para a educação sobre questões de gênero e o seu desenvolvimento na infância e adolescência. Promover a capacitação de pais e mães de crianças com identidades de gênero distintas, para ajudarem as suas crianças a explorar e afirmar as suas identidades de gênero. (RICARDO, 2016, p.22)

O primeiro projeto voltado para a população em geral buscou realizar palestras realizadas em escolas na cidade de Lisboa a fim de informar, desmistificar e aumentar o repertório de conhecimento sobre crianças e jovens trans. Já o segundo projeto girou em torno de formar um grupo de famílias com crianças e jovens trans e organizar reuniões com estas famílias, além de apoio individual psicológico caso fosse solicitado pelos participantes. Os projetos foram apresentados em 2016 para obtenção do título de mestre do autor, porém as atividades ainda não haviam sido desenvolvidas e não foram localizados posteriormente os resultados sobre os programas apresentados por Ricardo (2016).

Outro trabalho também utilizado como referência no Brasil no ano de 2016 foi a pesquisa de Fernandes (2016) sobre estereótipos, papéis e comportamentos sobre gênero de crianças que estão na pré escola. O autor parte de uma perspectiva teórica que compreende o gênero como “*biológico, psicossocial e emocional*” (FERNANDES, 2016, p.3) e sua pesquisa teve como objetivos localizar quais são os estereótipos e papéis de gênero com crianças de 5 a 6 anos, bem como analisar possíveis atitudes diante da diferenças de gênero entre crianças da mesma faixa etária. (p.27).

Das atividades desenvolvidas para a coleta de dados, num primeiro momento da pesquisa Fernandes (2016) apresentou à proposta à equipe escolar onde o projeto ocorreria; num segundo momento foi realizada uma sondagem a fim de levantar quais eram as construções das crianças sobre famílias não normativas por meio de contação de história com livros infantis e questionamentos feitos às crianças de acordo com suas reações durante a leitura dos livros. Uma terceira atividade procurou observar quais estereótipos faziam parte dos repertórios das crianças durante uma brincadeira onde elas poderiam escolher acessórios variados para compor a vestimenta e estilo de bonecos impressos em folha. Outra intervenção realizada durante a pesquisa foi referente a análise junto às crianças de imagens de famílias com formações variadas. Também uma quinta proposta foi uma brincadeira onde as crianças escolhiam bonecos que formavam famílias variadas.

Os resultados obtidos demonstraram que durante as atividades que visavam analisar a reprodução de estereótipos de gênero, as crianças, em especial os meninos,

usavam elementos considerados do gênero oposto. No que se referiu às atividades sobre formações de famílias não normativas “ [...]reconhecem que entre duas pessoas o mais importante são valores como o amor e carinho e que, apesar da noção de casamento entre duas meninas é ainda uma realidade estranha, é possível duas pessoas que gostam uma da outra se unirem” (FERNANDES, 2016, P.51). O pesquisador conclui que as crianças que participaram da pesquisa reproduzem ideias iniciadas pela família e escola, sem necessariamente compreender que estão reproduzindo estereótipos. Quando começam a ter consciência das normas de gênero podem reforçar tais processos ou tentam subvertê-los, seja simplesmente durante uma brincadeira e uma forma de expressar-se, ou seja, porque não se identificam com seus respectivos gêneros de nascença.

Fernandes (2016) afirma ainda que quando não buscamos desconstruir nas crianças crenças estereotipadas, com o passar do tempo tais crenças são enraizadas e desencadeiam problemas de violência contra os sujeitos que não se enquadram nos moldes sociais desejados. Por isso a necessidade de agregar discussões de gênero no currículo escolar desde a mais tenra idade, buscando uma formação que desenvolva humanos tolerantes e conscientes sobre os padrões impostos socialmente e a importância de quebrá-los para respeitar a todos.

Em 2017, houve uma forte expansão nas publicações totalizando onze trabalhos localizados. Monteiro et. al. (2017) realizaram uma pesquisa bibliográfica no campo da psicologia para debater a transexualidade de crianças. Os autores destacam a escola como grande palco de violência contra crianças e dão destaque à função normativa dos banheiros como formas de controle e formação de identidade de gênero nas crianças

A partir das análises realizadas, concluíram que há pouco material ainda sobre o tema e existem muitos paradigmas que precisam ser dialogados para serem quebrados. “Logo quanto maior for à difusão do assunto mais extensa será a capacidade para compreender o ser humano como um ser holístico e não como ser patológico oportunizando a convivência inteligente e ética entre os seres humanos”. (MONTEIRO, et. al. 2017, p.67).

Madalena (2017) em seu estudo considera que a literatura infantil pode se colocar como forte aliada para tratar questões de gênero e sexualidade na educação infantil. Sua pesquisa foi pautada na análise de materiais com essa temática voltados para a primeira infância. O autor narra cada uma das obras encontradas e faz uma análise de cada uma delas. Alguns dos livros levantados de acordo com Madalena

(2017) possuem um caráter apelativo, ou só como uma apresentação inicial à criança sobre a temática trans. Enquanto uma minoria de obras aborda de forma mais profunda os medos, as dificuldades, a importância de crianças trans terem apoio da família e amigos e problematizam mais o que é ser uma criança trans. É importante destacar que todas as obras encontradas eram americanas ou espanholas, mostrando como meio de formação ainda é pouco utilizado mundialmente. O autor conclui que embora haja uma produção restrita e muitas vezes simplista, trata-se de um bom começo. O fato de inserir temas transgêneros em obras literárias infantis é um avanço importante.

Parece-nos que o mais importante nesta fase é precisamente a promoção da literatura infantil como «proteção primária contra a transfobia», como preconiza Lucas Platero (2014: 219- 220) e a oportunidade da empatia, a possibilidade de nos abeirarmos de um outro que permanecia longe. (MADALENA, 2017, P.176)

Bento, Xavier e Sarat (2017) expõem em sua pesquisa reflexão sobre como as instituições família e escola lidam com crianças trans, a partir de relatos orais de mulheres trans a partir de suas memórias. Os trechos dos relatos e as análises dos autores reiteraram outras pesquisas anteriormente citadas neste trabalho no tocante à idade da descoberta de não se identificar com o gênero de nascença. As mulheres remontaram suas infâncias, as roupas que gostavam de vestir, os brinquedos que gostavam de brincar, a identificação com outras crianças. (p.5)

No que diz respeito à família e a escola, quando não compreendem e apóiam as crianças, o movimento é o de tentar forçar o cumprimento das normas de gênero. Sem o respaldo destas instituições essas crianças são impedidas de terem uma vida onde são plenamente respeitadas. Para Bento, Xavier e Sarat (2017), a abertura de diálogo nas famílias e na escola serão postas a partir da criação de políticas públicas. Algumas alternativas seriam a formulação de políticas públicas e implementação de um currículo não normativo da educação infantil até o ensino superior.

Salgado (2017) em sua pesquisa trouxe a análise dos discursos de professoras da educação infantil sobre como as questões de gênero e sexualidade perpassam as bases do cuidar e educar na escola. Tendo uma metodologia de observação participativa, a pesquisadora construiu um vínculo tanto com as professoras e funcionárias, quanto com as crianças. Após as observações eram feitos registros em diários que compuseram as discussões de seu trabalho. Nas palavras da pesquisadora:

A relevância deste trabalho consiste em trazer para o cenário da educação de crianças pequenas questões que ainda estão sufocadas por entrarem em choque com uma imagem secular da infância, que, mesmo modificada, ainda se mantém em vigor. São questões que trazem à tona o corpo da criança, com suas singularidades, prazeres, demandas, cuidados e suas mais intensas alteridades em relação ao corpo adulto, civilizado, educado e disciplinado. (SALGADO, 2017, P.114).

Os resultados obtidos após as observações e conversas com as professoras, possibilitaram perceber nos discursos e práticas a movimentação social que objetiva direcionar as crianças à cumprirem com performances identitárias pré-estabelecidas de acordo com o gênero de cada criança. Esses conteúdos são reforçados pela escola e pela família visando garantir que não haverá nenhum tipo de subversão em seus comportamentos. Ao final da pesquisa, Salgado (2017) destacam a importância de a educação assumir um viés que não silencie nem violenta crianças para que se enquadrem em modelos binários de ser humano.

Saleiro (2017) discute também a necessidade de estruturar uma escola que acolha e respalde crianças não normativas, ou denominadas pela pesquisadora crianças transgêneras. Por meio de entrevistas de pessoas trans que remontam suas infâncias no período escolar, Saleiro (2017) procurou apresentar quais os desafios, tensões demandas enfrentados por crianças no período escolar. Os resultados obtidos a partir das falas dos entrevistados possibilitaram à pesquisadora visualizar alguns principais problemas enfrentados pelas crianças que não se identificam ou tentam transgredir seus gêneros de nascença. O sentimento de se ver, e ser visto como estranho foi uma das primeiras sensações relatadas; a vigilância sobre a masculinidade foi outro ponto que recebeu destaque nas entrevistas. Tendo em vista a sociedade que além de heteronormativa é patriarcal e machista, crianças do sexo masculino que se identificam mais com comportamentos, falas, vestimentas, brincadeiras naturalizadas como sendo voltadas para meninas, são severamente vigiadas e punidas. (SALEIRO, 2017, p.157).

O bullying, tentativas de suicídio e a violência por não serem reconhecidos também se consolidou como um dos grandes pontos nevrálgicos vividos por sujeitos trans. As principais formas de contribuir para romper com estas atrocidades recorrentes na vida de crianças não normativas está pautada na elaboração de políticas públicas que respaldem, respeitem e valorizem as diferentes formas de expressões de gênero. *“A introdução de outras possibilidades, como as vivenciadas pelas crianças trans e diversas em termos de gênero, vem contribuir para perturbar a rigidez e flexibilizar as normas de gênero.”* (SALEIRO, 2017, p.162)

Zanette e Felipe (2017) seguem na mesma linha ao analisarem como podemos compreender se determinada criança é ou não trans no contexto da educação infantil, a partir de quais comportamentos. Os pesquisadores fizeram uso de entrevistas com homens e mulheres trans remontando sua trajetória de vida. A pesquisa contribuiu para reiterar que trans implica uma outra forma de expressar identidades e que a mesma é fortemente silenciada e regulada por meio das regras sociais heteronormativas, fiscalizadas principalmente pela escola e pela família. Levar informação e formação para a sociedade são caminhos que aproximam os sujeitos de respeitar e valorizar igualmente crianças que se expressem das mais variadas formas. Majoritariamente os discursos que têm circulado não garantem o respeito às singularidades infantis, eles atravessam várias áreas com o mesmo objetivo: normalizar corpos.

Afinal, vivemos ainda atravessados por vários discursos – o discurso científico, em especial o discurso médico, o discurso psicológico, o discurso jurídico, o discurso religioso (cristão, ocidental, branco). Tais discursos, cada um à sua maneira, veiculam concepções normalizantes, pautados muitas vezes em concepções distintas sobre o masculino e o feminino. Desses dois corpos, produzem-se, com base na biologia, os gêneros masculino e feminino, conforme as concepções sociais, históricas e culturais. (ZANETTE E FELIPE, 2017, p. 22)

Os autores acreditam que determinar o gênero e a sexualidade de um indivíduo a partir do seu sexo biológico é um roteiro seguido na sociedade, porém esse script de gênero precisa ser problematizado. As roupas, sapatos, decoração do quarto, os brinquedos e brincadeiras a divisão dos banheiros, as cores são usados como “marcadores da generificação”, instrumentos de poder de acordo com Zanette e Felipe (2017, p.32). Os referidos autores atentam para as formas de subversão que as crianças criam em suas brincadeiras para poderem expressar-se como se enxergam no mundo.

Zanette e Felipe (2017) concluem seu trabalho problematizando até que ponto as crianças estão brincando, se expressando fora das normas sociais ou estão construindo suas identidades como trans? Por isso, cabe deixar que as crianças se manifestem como quiserem sem tentarmos enquadrá-las em formas generificadas.

Fioravante (2017), volta sua pesquisa para estudar a criança queer a partir das representações na mídia brasileira. Em sua pesquisa, Fioravante (2017) explanou sobre 92 publicações da mídia televisiva, online e jornais e revistas impressos entre os anos de 2010 a 2015 que versavam sobre crianças queer. Na estrutura de suas análises foram criadas três categorias de enquadramento das crianças: estranha, monstra e ciborgue.

De acordo com o pesquisador o estudo dá ferramentas para notar justamente a existência e quais são as formas generificadas e estereotipadas de crianças não normativas.

A mídia ocupa destaque na divulgação massiva de informações e por consequência na formação de verdades, de modelos a serem seguidos e ao tratar de crianças que fogem às normas estabelecidas sobre gênero e sexualidade o autor destacou a infância mostra. Diz respeito às notícias que acabavam apresentando um indivíduo excêntrico. *“São estes os corpos abjetos, os corpos inteligíveis, teorizados por Butler. A abjeção opera na condição de exclusão social, no tornar o sujeito excêntrico e não possível de problematização, na medida em que o expõe através das características da monstruosidade”* (2017)

A infância ciborgue retratada pela mídia trata sua relação com o conceito ciborgue em Donna Haraway e sua publicação em 1985 “manifesto ciborgue”. Fioravante (2017) problematiza as notícias que enfocam o uso de medicamentos, tratamentos variados físicos em busca de um corpo ideal. Esse processo ocorre quando as notícias apresentam o processo de transição de gênero em crianças e jovens menores de idade.

A infância estranha abarca as reportagens das crianças que não apresentam comportamentos normatizados, mas por alguma variável não são consideradas monstros, e como não estão sendo submetidas à processos medicamentosos também não se encaixam como ciborgues. As análises apresentadas por Fioravante (2017) reforçam o impacto da mídia na construção e disseminação de verdades, de padrões e que essa ferramenta pode e precisa ser reconfigurada pelos agentes dos serviços de comunicação a fim de não reproduzir mais os estereótipos de crianças que só alimentam mais ainda a experiência trans, queer ou qualquer outra como negativa, anormal, doentia e problemática.

3.1 Algumas reflexões

Todos os textos de todas as áreas e dentro do período de 2010 a 2017 seguiram por caminhos distintos, fundamentações teóricas e metodológicas variadas, algumas até ainda precisam ser problematizadas e revistas, como no caso da psicologia que despatologizou a transexualidade, recentemente, mas denomina o indivíduo trans como carregando um desvio de comportamento. Ou ainda alguns estudos que consideram a

transexualidade como uma terceira nova categoria identitária inflexível e imutável seriam como um “trinarismo” ao invés de um binarismo. Significa retirar a criança de um rótulo normativo e inseri-la em outro.

É importante ressaltar que os estudos que consideram que a criança deva ser respeitada integralmente em suas vontades e desejos, reconhecem a teoria queer como recurso teórico e prático não só positivo, mas necessário à comunidade escolar e que também precisa chegar às famílias e ao citarem a escola, os textos reafirmam o papel formativo – de opiniões e de cidadãos – que respeitem todas e quaisquer singularidades. E principalmente que tendo consciência das tensões, das demandas de crianças que sofrem discriminações por seus gêneros, da função da escola, da família, do professor e tendo respaldo teórico consistente com os estudos da sexualidade de Michel Foucault e as contribuições da teoria Queer, temos um caminho que pode desencadear transformações significativas. O que falta é a viabilização efetiva por meio da reinserção do tema de gênero e sexualidade nas agendas políticas e na criação de Leis, programas que ajudem na desconstrução do binarismo e da heteronormatividade social. Como podemos ver neste capítulo, os estudos acerca da temática trans expandiram em 2017 em relação a todos os anos anteriores. De 3 a 5 trabalhos ao longo de cada ano a partir de 2010, houve um aumento para 8 trabalhos em 2017 e temos como hipótese que até o final de 2018 as publicações crescerão novamente, uma vez que o debate está intensamente presente nas propostas políticas do ano eleitoral que está marcando a história do Brasil. Isso significa que apesar de que no decorrer deste momento político de atuação da direita, toda objeção feita ao debate de gênero e sexualidade, as discussões sobre as crianças trans estão ainda emergindo e tem ocorrido uma mobilização no interior de pesquisadores em diferentes áreas. Isto é, as pesquisas emergem à medida em que o debate é também silenciado no âmbito das políticas públicas, como vêm ocorrendo nos últimos 4 anos, com o desmonte, por exemplo, do debate de gênero nos Planos Nacionais de Educação. A Universidade, as pesquisas acadêmicas resistem e se tornam ainda mais presentes, essa é a nossa hipótese. O que também explica os ataques feitos à universidade, às pesquisas científicas e à produção de conhecimento de um modo geral.

Por reconhecermos a mídia como um artefato cultural que produz significados a respeito de diferentes temas, e por termos visto uma crescente representação de crianças trans em exposição nestes artefatos, apresentaremos no próximo capítulo, como parte dos objetivos desta pesquisa, a maneira pela qual as crianças trans estão sendo

apresentadas na mídia televisiva, com especial atenção ao caso Coy, apresentado no programa fantástico, no ano de 2013. Apresentado como sendo uma criança transexual, Coy foi proibida de usar o banheiro feminino da escola e os pais recorreram à essa atitude da escola. Cabe aqui referir o caso do filho de Angelina Jolie, que causou grande repercussão.

CAPÍTULO 4. “COY É UMA CRIANÇA TRANSEXUAL”

“Teve uma vez que uma senhora que botava as cadeiras na calçada pra ficar vendo a vida do povo na rua, ela jogou uma pedra em mim e me chamou de sapatão, uma pedra mesmo e eu me virei com muito ódio, nessa fase sim eu estava revoltadíssimo, beleza que eu tinha começado a fumar maconha e tal, mas eu estava no meu momento de revolta, aí eu me virei pra ela e joguei a pedra de volta, só que não bateu nela, mas a pedrada que ela deu bateu em mim” (Relato de Bernardo, menino trans) in (OLIVEIRA, 2014, p.9).”

O que leva pessoas como a senhora citada acima no relato do menino trans Bernardo, jogar pedras em uma outra pessoa? De onde nascem e o que faz violências como essa acontecerem diariamente aos milhares de crianças e jovens? A pedra jogada nesse caso era de fato uma pedra, mas representa também, murros, tapas, expulsões de lares, de círculos sociais, de vida digna, de possibilidade de trabalho, representa palavras ditas e palavras não ditas, representa o julgamento, a exclusão e a falta de empatia, de respeito, representa o não cumprimento de direitos humanos. Como esses comportamentos e reações são criados, disseminados e até naturalizados?

Neste capítulo irei apresentar o caso de Coy. Assim como Bernardo - o menino do relato acima - Coy é uma criança que não se enquadra nos padrões de gênero e ficou conhecida internacionalmente pela repercussão da luta que sua família entrou após a decisão da escola de proibir Coy de usar o banheiro feminino. Após apresentar o caso, irei recorrer às análises que irão ajudar a compreender como as narrativas que constroem e entregam ao público uma imagem de Coy, a criança transexual, foram elaboradas. Quais as ferramentas, qual o percurso utilizado pela mídia para inventar essa criança transexual.

Até este ponto da pesquisa foi possível delinear alguns caminhos que levam a ocorrência constante de situações como a vivida pelo menino Bernardo, citada acima. Na perspectiva Foucaultiana (1977) as verdades produzidas pelos discursos compõem uma rede densa e ramificada que toca intensamente cada indivíduo em seus pensamentos, comportamentos e falas. Esse controle social para Foucault ocorre pelo dispositivo da sexualidade que engessa em moldes os indivíduos, e ao mesmo tempo os mobiliza de acordo com o interesse de acordo com os interesses hegemônicos. No caso do menino Bernardo, ele subverte a norma social quando não reproduz os comportamentos esperados, quando não se veste de acordo com as expectativas alheias, não anda, nem fala como a sociedade acredita que ele deveria falar. Bernardo luta contra o sistema heteronormativo enquanto a senhora que jogou a pedra está sendo instrumento, está fazendo fluir o controle social quando ela ataca Bernardo. Esta mulher internalizou os discursos binários, sexistas, machistas, preconceituosos, violentos e excludentes produzidos historicamente pelo conservadorismo; ela aceitou seu molde e executa desta forma o papel de fiscal na sociedade. Possivelmente remontando a influência de seus pais, de seu histórico de vida, de sua formação escolar e especialmente agora reproduzindo os discursos que ela vê, ouve e lê diariamente na

mídia, que também se coloca como veia deste sistema que leva a todos as regras e condutas sociais ditas “corretas”.

Em um segundo levantamento também realizado pelo buscador google.com, mas agora na categoria notícias, foram localizadas 94 publicações de 2013 até maio de 2018 tendo como tema a crianças trans. Em geral, pertencentes as notícias de sites de jornais, ou páginas de fofoca, sites de entretenimento ou religiosos, abordando a questão da ideologia de gênero. Com os mesmos descritores utilizados na busca teórica localizamos a primeira em 2013. Nos anos anteriores não foram localizadas notícias sobre esta temática.

Dentre esse número considerável de 94 notícias, a primeira, datada de 2013 apresentava o caso de Coy, no portal do programa de televisão Fantástico. O diferencial desta notícia é que ela vinha acompanhada de uma reportagem que havia sido exibida em rede nacional e estava disponível para acesso à população. A reportagem no site correspondia à transcrição das falas ditas na no vídeo da reportagem. Esse destaque sobre Coy ocorreu em função da repercussão internacional que posteriormente descobrimos que o caso teve. Por esse motivo, selecionamos a reportagem sobre Coy Mattis para apresentarmos de forma minuciosa e posteriormente analisa-la com os respaldos da teoria queer a chamada criança transexual.

4.1 Constituindo os percursos de análise

Tendo como base o aporte teórico de análises fílmicas enquanto metodologia interpretativa, fez-se necessário criar um caminho específico para esta pesquisa, uma vez que, segundo Mombelli e Tomaim (2014), as análises fílmicas interpretativas possuem vários caminhos possíveis que podem ser construídos pelos pesquisadores a partir da especificidade de cada estudo. Nós analisamos a criança trans apresentada pelo Programa Fantástico, especificamente sobre este vídeo com a reportagem do caso Coy, que repercutiu o mundo em 2013.

Para realizar essa análise foi necessário compreender primeiramente como aponta Penafria (1999), as características singulares da criação de vídeo reportagens que constantemente, acabam sendo confundidas com a elaboração de documentários. Embora vídeo reportagens e documentários busquem narrar uma história com aprofundamentos nas causas e consequências de um tema real e concreto em questão,

essas duas categorias de produção detêm características específicas que as diferem muito:

O documentário não é uma reportagem. Se ambos os gêneros se aproximam pela possibilidade de tratarem o mesmo material, nomeadamente a vida das pessoas e os acontecimentos do mundo, afastam-se, quer no tratamento desse material, quer no modo como procedem na escolha das temáticas. Também o jornalista e o documentarista se pautam por princípios muito diferenciados. (PENAFRIA, 1999, p.22).

Rocha (2003), a partir de Penafria (1999) aponta quatro aspectos principais que diferem na estruturação de um documentário e uma vídeo reportagem. Utilizamos essas diferenciações como categorias de análise da vídeo reportagem. São elas: (1) o ponto de vista; (2) produção audiovisual; (3) a temática em questão e (4) as vozes e as estruturas narrativas. Iremos detalhar essas quatro categorias e em seguida apresentar a análise respaldada pelos estudos queer.

Destacamos que a reportagem produzida pelo programa Fantástico teve duração de cinco minutos e trinta segundos e apresentou um repertório extenso e repleto de detalhes para serem analisados e debatidos. No entanto, algumas lacunas ficaram claras para nós, quando ao retomar as pesquisas, na busca por maiores informações, encontramos um documentário produzido pela produtora de filmes séries e documentários *Netflix* no ano de 2016 que remontou o caso de Coy e apresentou algumas informações que não haviam sido faladas na reportagem do Fantástico. O documentário de uma hora e quarenta minutos encenou o caso vivido pela família Mathis e contribuiu para compormos um cenário de análise mais completo. Entretanto, em decorrência da extensão do documentário e o prazo da presente pesquisa tornou-se inviável realizar a mesma análise feita a partir da vídeo reportagem. Desta forma o documentário contribuiu com informações que compuseram análise da vídeo reportagem, mas não será analisado neste estudo.

Existem quatro categorias que nos permitem olhar a composição de uma vídeo reportagem e possibilitam realizar uma análise detalhada de aspectos distintos que ao serem reunidos, culminam no que acreditamos ser a invenção de uma criança trans. Esses aspectos foram estabelecidos a partir dos estudos de Penafria (1999) e retomados por Rocha (2003) e correspondem ao:

- **O ponto de vista**

O ponto de vista nas vídeo reportagens apresentam segundo Rocha (2003), constituir uma ideia completa de um fato, apresentando vários pontos de vista e citações que irão criar uma conotação neutra, imparcial. Já na produção de documentários, o ponto de vista implica no olhar particular, pessoal do documentarista a partir de um determinado tema. Por outro lado,

- **A produção áudio visual**

As imagens usadas em vídeo reportagens carregam uma função ilustrativa, onde confirmam e validam o que está sendo falado pelo jornalista ou mesmo pelos personagens entrevistados. Além disso, essas imagens são obrigatoriamente sobrepostas pela chamada voz em *off*, que explicam as cenas que estão sendo exibidas naquele momento.(ROCHA, 2003). No documentário por sua vez, Penafria (1999), explica que a voz *off* não se coloca como aspecto necessário, o que torna as imagens o grande foco da exibição. As imagens deixam de ser meramente ilustrativas e passam a carregar um significado em si mesmas, sobrepondo o que está sendo dito.

- **A temática**

As reportagens são produzidas pela mídia televisiva tendo como base alguns critérios de noticiabilidade, que giram em torno de audiência e rentabilidade principalmente. O documentário por sua vez, é escolhido a partir de qualquer tema do interesse do documentarista. Ele produzirá um tema que é de sua escolha e atingirá o público que também se identifica com o tema escolhido. (PENAFRIA, 1999).

- **As vozes e a estrutura narrativa**

As vozes dos narradores e personagens de um documentário, demonstram o ponto de vista do diretor do documentário sobre a temática apresentada. As narrativas, sejam quais e quantas forem estarão sempre submetidas à opinião do documentarista. Enquanto nas vídeo-reportagens, as mesmas vozes são unidas de forma a não criar uma única linha de raciocínio. Esse movimento esvazia os discursos e causam no telespectador a sensação de neutralidade por parte do repórter, do programa e da emissora. “[...]ao embaralhar no fluxo televisual os materiais originários de fontes diversas, o telejornal coloca em choque os diferentes enunciados e os relativiza ou os

anula no mesmo momento em que lhes dá publicidade (MACHADO, 2003, p.111)” in: (ROCHA, 2003).

Antes de iniciar a análise em questão, ainda é necessário contextualizar um último ponto. Quem está apresentando à sociedade a vídeo reportagem? Discorremos abaixo.

4.2 A representatividade do programa Fantástico no Brasil

O canal globo pertencente ao grupo Globo, foi ao ar em abril de 1965 e corresponde atualmente ao segundo maior canal da rede televisiva no mundo, e no Brasil é o líder de audiência de telespectadores. O programa “Fantástico, o show da vida” por sua vez, foi criado em 1973 pela emissora com o formato de revista eletrônica e tem como público alvo às famílias brasileiras, sendo exibido aos domingos à partir das 20:45 da noite⁴. O programa apresenta conteúdos variados aos telespectadores por meio de entrevistas, séries, vídeo reportagens e outros quadros. Rocha e Aucar (2011) apontam que a identidade da sociedade brasileira era – e ainda é– fortemente influenciada pela televisão e, neste sentido, o programa foi criado pretendendo transmitir o “espetacular” para as famílias brasileiras numa época de ditadura militar e forte censura. O pré requisito para exibição no programa era a escolha de temáticas que apresentasse um verdadeiro show, afirmam Rocha e Aucar (2011). Os autores apontam que a exibição da revista semanal recebeu larga aceitação e expandiu-se internacionalmente. A audiência do programa até os dias atuais ocupa o topo dos índices nacionais, se consolidando como um dos produtos mais familiares no Brasil.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, as produções foram sendo incorporadas às novas tecnologias, e o programa atingia o público consumidor com um novo formato de levar à cultura das massas a distração, a diversão e o prazer. (ROCHA E AUCAR, 2011). Neste momento, os veículos de comunicação passam a balizar uma ideia que impulsiona a ascensão do consumo na sociedade contemporânea. Os autores destacam a fabricação das “necessidades humanas” ou seja, necessidades de consumo que construídas e mantidas por meio da cultura. Os significados dos bens a serem consumidos ficam unidos em nas relações humanas, nas identidades e nas subjetividades sociais por meio de uma hierarquia discriminatória. Para Rocha e Aucar,

⁴ Informações coletadas no acervo histórico da rede globo: disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/fantastico/a-primeira-edicao.htm> . Acesso em: 14 de abril de 2019.

estes movimentos orientam a sociedade sobre como agir, pensar, interagir, estabelecendo diretrizes sociais e as narrativas televisivas assumem um papel de espelho que irá refletir a cultura social.

Como a publicidade televisiva é um ponto crucial de financiamento das emissoras, é necessário estimular esse consumo e Rocha e Aucar (2011) indicam o consumo não simplesmente como estímulo de compras de bens materiais, mas de serviços, a ponto de as notícias assumirem uma posição de exemplar para que o telespectador conduza sua vida. Os autores continuam afirmando que as notícias, reportagens, quadros são produtos que devem ser vendidos.

Em uma sociedade orientada pelo entretenimento, dar um tratamento “espetacular” à notícia faz com que ela seja mais consumida e, na contrapartida, que o programa consiga mais verbas de anunciantes. Para Guy Debord (1997), o espetáculo é a principal produção da sociedade atual e não podemos separá-lo do Estado moderno. (ROCHA E AUCAR, 2011, p.55)

A partir desta perspectiva é possível compreender que o movimento de industrialização de produtos chega aos conteúdos produzidos e exibidos na televisão. Rocha e Aucar (2011) indicam que a revista eletrônica Fantástico atua fortemente nesta estrutura.

O telespectador do Fantástico sabe que vai ter uma noite de domingo agradável, ainda que os fatos do dia não sejam amenos. Entre uma ou outra notícia mais áspera, os gols da noite ou um musical dão o aspecto de uma programação leve e prazerosa, capaz de alcançar um maior número de pessoas. Assim, a lógica das sensações e misturas entre realidade e ficção traduz a linha editorial do programa oferecendo ao público um cardápio variado de temas, que vão desde a última descoberta científica aos shows de humor. Essa condução valoriza as nuances da magia, do espetáculo e do sensacional. **Modismos e comportamentos passam a ser ditados nas noites de domingo e o programa se consolida como forte canal para a formação de identidades e referências**⁵. (ROCHA E AUCAR, 2011, p. 55)

Após quarenta passados, a realidade novamente está sendo transformada. Rocha e Aucar (2011) apresentam a chamada convergência de mídias interativas. O telespectador assiste a notícia enquanto verifica seu celular sobre o mesmo tema. O programa Fantástico tem buscado se adaptar a essas transformações. Esse movimento

⁵ Grifos nossos.

pode ser notado nas tentativas de incluir uma participação do telespectador num papel mais ativo onde é possível entrar em contato com a produção do programa via internet, no portal do programa e deixar sua opinião, crítica, dúvida, enviar e-mails vídeos, compartilhar as notícias em suas redes sociais, participar de enquetes e outros tipos de interação com os quadros e reportagens exibidos. É nesse contexto que o programa apresentou ao telespectador brasileiro o caso de Coy. Além da visibilidade do programa Fantástico, é fundamental destacar o impacto que a mídia televisiva têm na sociedade.

Os discursos veiculados pela mídia acionam poderosos efeitos de verdade, que podem contribuir significativamente para a construção das identidades dos sujeitos. Neste sentido, podemos afirmar que a mídia, especialmente a televisiva, pode ser considerada como um espaço educativo, uma vez que produz conhecimentos a respeito da vida, do mundo que nos cerca, de como devemos ser ou nos comportar, do que devemos gostar. (FELIPE, 2006, p.254)

4.2.1 A fantástica história de Coy

Seguindo as premissas do Programa Fantástico, de levar às famílias grandes espetáculos, no dia 07 de abril de 2013, foi ao ar no programa a história de Coy, apresentada pelo repórter Helder Duarte. A reportagem também foi disponibilizada no portal do programa e intitulada como “Criança transexual é proibida de usar banheiro feminino em escola nos EUA⁶”. A chamada começa com a narração de Renata Ceribelli: “E agora vamos falar de um assunto polêmico! Uma história de respeito e aceitação que começa dentro de casa”. O apresentador Tadeu Schmidt ganha a cena e continua a narrativa de uma família americana que está brigando na justiça com a escola pelo direito de uma criança usar o banheiro. A reportagem muda a cena para a casa da criança e apresenta como Coy. Já narrada pelo repórter Helder Duarte: “Coy tem apenas seis anos e, à primeira vista, é uma criança como outra qualquer”. O repórter descreve os brinquedos favoritos de Coy, sua cor rosa favorita e sua vontade de ser criança eternamente.

No entanto, o repórter apresenta a situação em que os pais de Coy estão recorrendo na justiça pelo direito de a filha poder usar o banheiro feminino na escola porque: “Apesar das roupas e do cabelo longo, Coy é biologicamente um menino. É uma criança transexual.” conta o repórter Helder Duarte. A família conta que no início a escola e as crianças aceitavam Coy e a tratavam como menina, mas ao iniciar o primeiro ano esse cenário

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/04/crianca-transexual-e-proibida-de-usar-banheiro-feminino-em-escola-nos-eua.html> Acesso em 14 de abril de 2019.

mudou, com a escola determinando que Coy passasse a usar o banheiro dos professores ou o banheiro do departamento médico. A família de Coy decidiu tirar a filha e os demais filhos da escola e recorrerem à uma ação judicial, uma vez que a escola não se dispôs segundo os pais, a pensar em uma outra alternativa. O repórter narra o depoimento da mãe ter notado que Coy era uma criança diferente desde um ano e meio de vida. As falas de Coy foram intensificadas com o passar dos anos e os pais resolveram procurar ajuda de médicos pediatras, psiquiatras e psicólogos. Neste momento a psiquiatra Carmita Abdo inicia uma fala explicativa sobre o que é um indivíduo transexual. A reportagem em seguida apresenta o caso do filho transexual dos atores Brad Pitt e Angelina Jolie.

A psiquiatra volta a se pronunciar e continua explicando que no caso de crianças transexuais tem uma condição diferente do homossexual. O repórter apresenta então mais um caso como referência que é a modelo brasileira Lea T, que realizou a cirurgia para mudança de sexo e indica que Coy, quando crescer, poderá escolher realizar o mesmo procedimento cirúrgico. A reportagem segue com Helder apresentando dados de 16 estados americanos que possuem leis protetivas às crianças e adultos transexuais, e que atualmente, segundo pesquisas, três a cada mil crianças podem apresentar “problemas de identidade de gênero”. A psiquiatra finaliza a reportagem dizendo que se dentro da família houver preconceito, ficará mais difícil de essa criança lidar com o preconceito fora de casa, mas com o respeito da família, essa criança se sentirá mais forte para buscar respeito. Helder conclui que é esse o movimento dos pais de Coy, falar sobre o caso todos os dias pois “a aceitação vem com o conhecimento”. A narração em cima da fala dos pais anuncia que eles incentivam os filhos a não terem vergonha de serem diferentes, mas saberem que são especiais como são, e a reportagem se encerra.

A seguir iremos detalhar a vídeo reportagem com base nas quatro categorias apresentadas anteriormente.

- **O ponto de vista**

Segundo Rocha (2003) nas vídeo-reportagens o ponto de vista objetiva elaborar uma ideia completa de um fato, apresentando vários pontos de vista e citações distintas que irão criar uma conotação neutra, imparcial.

Ao nos voltarmos para a vídeo reportagem é possível perceber o movimento de tentar criar um cenário completo sobre o caso Coy. A reportagem o tempo todo mescla

sete pontos de vista apresentados, tentando criar no público essa ideia de totalidade sobre o fato apresentado.

Os pontos de vista apresentados são: (1) O ponto de vista dos apresentadores que anunciam tratar-se de um caso polêmico, sobre a luta de uma família pelos direitos de sua filha usar o banheiro feminino na escola. É importante destacar que os apresentadores não usam o termo “criança transexual”. É possível que o telespectador fique curioso e foque sua atenção em não mudar de canal para descobrir porque uma família precisa entrar em um embate jurídico com uma escola para que uma criança possa usar o banheiro. Qual a polêmica por trás dessa situação? O que levaria a instituição escolar a exercer esse poder, essa censura com a criança?

(2) O repórter tem seu ponto de vista mais recorrente ao longo da reportagem, mas em momento algum infere algum posicionamento sobre a pauta, ele apenas apresenta, outros pontos de vista, dados e exemplos conhecidos e mantém-se aparentemente neutro. O telespectador, pelo ponto de vista do repórter, forma sua opinião por conta própria, uma vez que o repórter diz tudo e não diz nada, quem assiste a reportagem pode simplesmente não construir um posicionamento do caso e a notícia cumpre seu objetivo básico de entretenimento puro.

(3) A fala traduzida de Coy se coloca como terceiro ponto de vista e indica num primeiro momento sua felicidade em ser criança e o desejo de eternamente manter-se assim, e num segundo momento, que a determinação da escola a deixou triste. Coy apresenta a escola como sendo má com ela e manifesta sua incompreensão do porquê fazer isso com ela. O público pode compreender que a escola está desempenhando um papel de interromper essa infância e despertar um sentimento de dó ou compaixão por Coy, ou neste momento, considerar absurdo que os pais de um menino o deixem se vestir como menina e se comportar como menina, ou ainda não ter uma ideia muito bem formada sobre o assunto.

(4) O ponto de vista do advogado argumenta que a inflexibilidade da escola dificultou o caso, uma vez que ele, junto a família buscaram estabelecer uma negociação para tomar outra medida. Como a escola não se dispôs, foi necessário recorrer a instâncias superiores, dando uma nota mais agravante à situação de discriminação e desrespeito aos direitos humanos. A partir deste ponto de vista as pessoas podem começar a compreender a complexidade da situação e ficarem mais próximas dos extremos: entendem o movimento da família de levar o caso a público e lutar pelo direito de Coy, ou apoiarem a medida da escola. (5) A mãe em seu ponto de

vista foca em explicar o processo de Coy, ao lembrar as falas da filha pequena e a depressão da criança aos três anos. Esse viés tende a reforçar a tentativa de compreender a situação da família e de Coy, procurando tocar emocionalmente o telespectador.

(6) O pai por sua vez ao relatar sua confusão e comparar Coy com os outros irmãos ajuda a colocar o público no lugar dessa família e entender porque eles decidiram dar o próximo passo de procurar ajuda médica, ao invés de reprimir, punir e forçar Coy a ser um “menino normal”. (7) A psiquiatra ocupa o ponto de vista da reportagem como autoridade, detentora de um conhecimento científico, ela explica biologicamente e tem a função de validar o que acontece com Coy. Um diagnóstico médico se coloca como uma verdade inquestionável, e neste momento o público sente mais convencido sobre Coy ser a dita criança transexual. A aceitação passa do viés emocional para um viés biológico, científico.

Por fim, os exemplos apresentados pelo ponto de vista do repórter buscam mostrar ao público que Coy poderá ter a chamada vida normal, que existem outras pessoas como ela, e que principalmente ela poderá ocupar espaços de destaque na sociedade ao apresentar um ícone da beleza e da moda, uma modelo trans. Voltando a buscar uma aceitação emocional do público a reportagem termina com uma mensagem motivadora dos pais.

- **A produção áudio visual**

A produção áudio visual da reportagem, cumpre o tempo todo com a regra da voz off do repórter explicada por Rocha (2003), que está sobreposta às imagens, e explica, narra, valida o que está sendo exibido. Mesmo nos momentos de fala dos pais, do advogado ou de Coy, a voz off se sobrepõe pois, as falas destes personagens foram traduzidas e não legendadas. A única voz além da do repórter é a da psiquiatra.

Na primeira cena enquanto os apresentadores anunciam a reportagem há o fundo vermelho com o letreiro fantástico e a fala dos dois é acompanhada por uma sonoplastia de suspense. Já no segundo momento a cena abre no quarto de Coy, onde ela brinca com os irmãos e o repórter está acompanhando a cena brincando com Coy. As imagens carregam uma trilha típica de contos de fada, com uma canção alegre e suave.

A terceira cena exhibe os pais de Coy enquanto o repórter começa a contextualizar a luta com a escola na justiça e a dita transexualidade de Coy. A trilha sonora alegre dá espaço à uma nova mixagem de tensão e drama. E a cena seguinte abre com a família e

os filhos sendo filmados por diversos repórteres em frente à um prédio judicial. A câmera sempre foca o enquadramento no rosto de Coy que está grudada à perna da mãe.



Imagem retirada da reportagem

A quarta cena interrompe a trilha sonora e mostra o repórter em frente à escola que Coy frequentava e continua narrar o histórico de Coy na escola e sua saída em decorrência da proibição de usar o banheiro feminino. A sonoplastia triste volta junto à imagem de Coy em sua casa, dando início à quinta cena. Neste momento Coy se pronuncia sobre a escola ser má com ela. Surgem então a imagem do prédio da escola, e em seguida a placa do banheiro unissex do departamento médico. A cena segue mostrando a família com todos os filhos em casa enquanto tentam organizar suas rotinas. A voz off do repórter explica a retirada de todos os filhos da escola e a acusação de discriminação. A música é interrompida novamente e a sexta cena abre a imagem do advogado sentado em seu escritório, explicando a tentativa de resolução falha com a escola. Em seguida a imagem abre novamente na casa da família Mattis, com os pais e o repórter sentados na sala e a mãe relata quando começou a perceber que Coy era diferente. É interessante destacar que após essa fala, a câmera mostra Coy se alimentando sozinha, numa tentativa de mostrar a independência da criança.

Em seguida a câmera volta para a mãe a aos poucos foca em seu rosto enquanto a voz off continua a narrar os episódios com Coy e mescla imagens dela brincando com seus irmãos em seu vestido rosa e mãe contando tudo. O pai completa a fala da mãe dizendo que toda essa situação os deixou confusos e decidiram procurar ajuda médica. A próxima cena exhibe a psiquiatra explicando a transexualidade. A cena também não possui trilha sonora e as imagens mais abertas mostram o escritório da médica que inclusive segura em suas mãos alguns papéis impressos e seus óculos, dando um tom embasado cientificamente à sua fala. Enquanto a médica fala, as imagens de Coy brincando são exibidas constantemente e sempre conversando com o repórter.

Na sequência uma nova trilha sonora leve inicia e fotos e imagens de recortes de jornal mostram a repercussão do filho trans do casal de atores hollywoodianos Pitt e Jolie. A psiquiatra volta a dar explicações sobre a transexualidade e é exibido então uma animação para explicar a diferença de homossexualidade e transexualidade:



Imagens retiradas da reportagem.

A próxima cena exemplifica a fala da médica sobre a mudança do transexual por meio de cirurgia e apresentam o caso da modelo Lea T com diversos takes de vídeo dela após a cirurgia, desfilando. A voz off, explica que Coy poderá realizar a cirurgia quando crescer. Enquanto a voz anuncia esse caminho, uma sonoplastia semelhante aos jogos de vídeo game quando um portal é aberto ganha destaque na cena. Logo após a abertura deste portal, as imagens exibem os novos documentos de Coy e a música alegre retoma junto à fala do repórter sobre as leis que já existem em defesa das pessoas trans, mesclando imagens de crianças caminhando com suas famílias em praças públicas, escolas com placas de banheiro unissex. A cena retoma a família Mattis em sua rotina enquanto a voz off fala da ocorrência de crianças trans e a importância do apoio dos pais. A psiquiatra complementa a fala enquanto Coy e os irmãos brincam e a música alegre e esperançosa vai aos poucos ganhando espaço enquanto a reportagem termina com a mensagem dos pais de aceitação.

- **A temática**

De acordo com Rocha (2003) as reportagens são produzidas pela mídia com base em critérios de noticiabilidade. O programa Fantástico pauta toda sua estrutura em produções que apresentem espetáculos ao público. A chamada para a notícia “Agora vamos falar de um assunto polêmico” dita pela apresentadora Renata Ceribelli, já demonstra essa intenção para com o público. Num segundo momento há a explicação de uma família que está na justiça para que uma criança tenha o direito de usar o banheiro

da escola, reforça o sensacionalismo global. E no terceiro momento, ao apresentar Coy como uma criança transexual, complementa o objetivo do programa ao levar essa notícia ao ar num domingo a noite.

Em 2013, quando a reportagem do fantástico foi exibida, a família Mattis estava no auge do confronto jurídico com a escola pelos direitos de Coy, e o caso tomou grandes proporções, alcançando a mídia nacional e internacional. O Fantástico foi apenas um dos inúmeros programas que repercutiu a situação. Entretanto, o programa apresentou vários pontos de vista, procurou dar um panorama geral e superficial, e em momento algum manifestou apoio ou qualquer posicionamento sobre a situação.

- **As vozes e a estrutura narrativa**

As narrativas construídas ao longo da vídeo reportagem nos proporcionaram algumas reflexões. Para analisar as vozes e as estruturas narrativas selecionamos as falas dos personagens que foram transcritas para a elaboração da reportagem no portal do programa Fantástico na internet.

Apresentadores: “E agora vamos falar de um assunto polêmico. Trata-se de uma história de respeito e aceitação. “Nos Estados Unidos, a família de uma criança de apenas seis anos está brigando na Justiça com a escola pelo direito de ela usar o banheiro!” Como citado anteriormente, essa fala inicial dos apresentadores e a entonação usada por eles, destacando as expressões polêmico, brigando, direito de ela usar o banheiro, prendem a atenção do público. Espetáculo iniciado.

Repórter: “Coy tem apenas seis anos e, à primeira vista, é uma criança como outra qualquer”. Mostra os brinquedos: um pônei e um passarinho, tudo rosa, sua cor preferida; e se diverte com os quatro irmãos em uma casa de classe média americana.

Coy: “Eu nunca vou crescer, eu adoro ser criança”, diz”. O repórter inicia sua fala dando nome à personagem que aparece na tela com cabelos loiros e longos e um vestido rosa em paetê. Afirmar que Coy inicialmente aparenta ser uma criança como outra qualquer, implica que: ao olhar mais profundamente as pessoas descobrirão a “anormalidade” de Coy. Esta fala se coloca como um rígido marcador social de normalidade. Para validar a ideia da fantasia de normalidade vestida por Coy, segundo o repórter, ele foca nos brinquedos que a criança apresenta e as interações que estabelece com seus irmãos em cena também. Além disso, o repórter destaca o rosa como cor preferida. Nesse momento, o público fica intrigado em saber qual o fator está sendo escondido de Coy, uma menina, que usa rosa e ama rosa,

brinca com os irmãos em uma família classe média americana, estável, comum. Quando o repórter traduz a fala de Coy sobre nunca crescer essa dúvida do telespectador se torna mais forte ainda.

O repórter continua: “Mas os pais de Coy, Jeremy e Kathryn, estão travando uma batalha judicial com a escola dos filhos. A direção do colégio proibiu Coy de usar o banheiro feminino. O motivo? Apesar das roupas e do cabelo longo, Coy é biologicamente um menino. É uma criança transexual”. Essa fala ergue mais ainda a estrutura rígida que separa os estereótipos de meninos e meninas, crianças heterossexuais e crianças transexuais, crianças normais e crianças anormais. Reforça o ideal identitário de que vestidos rosa e cabelos longos são características exclusivas de meninas, e principalmente que, apesar de Coy fazer uso dessas características ele não é uma menina, e sim biologicamente um menino, uma criança transexual. Em que momento Coy se diz menino na reportagem ou de acordo com os relatos dos pais? Em nenhum momento. Em que momento Coy, ou seus pais afirmam que a criança é transexual? Em momento algum. Os pais de Coy sempre se referem à criança como transgender. A tradução do programa fantástico em sua reportagem é que opta por usar o termo transexualidade.

O repórter finaliza sua fala dizendo: “ No início, a escola aceitou bem a situação e Coy passou a ser tratado por todos como uma garota. Os problemas começaram quando Coy foi para o primeiro ano. A direção da escola exigiu que ela usasse apenas o banheiro dos professores ou do departamento médico”. Como a escola aceita bem uma situação e anos depois volta atrás? Esse movimento da escola indica que a equipe pode ter considerado que Coy iria em algum momento cair na normalidade e voltar a ser menino, ou que a família o induziria a isso e tudo não passaria de uma fase. Pode também ter cedido às pressões de outras famílias que ao saberem da situação e não concordarem, partindo dos costumes morais e religiosos pressionaram a escola, ameaçaram retirar seus filhos, e a escola acatou as reivindicações e passou a ter o mesmo ponto de vista dessas famílias.

A voz que traduz a fala de Coy se pronuncia logo em seguida dizendo: "Eu não sei porque a escola foi má comigo. Eles disseram que eu tinha que ir para o banheiro dos meninos ou dos médicos. Eu fiquei triste. Gostaria de voltar, mas agora estou estudando em casa”.

Na visão de Coy, a escola se torna a vilã da história a partir do momento que proíbe o uso do banheiro feminino e para que a vilã não continuasse deixando Coy triste, ela e seus irmãos passaram a estudar em casa. O que de fato representa o banheiro na instituição escolar?

Fala do advogado: "Nossa primeira proposta era que a escola desse um tempo para que se encontrasse uma solução mais razoável, para que a criança não sofresse. Eles disseram não. Então procuramos a Justiça".

Portanto, neste momento da reportagem é colocada uma fala da mãe como tentativa de validar a chamada transexualidade de Coy por meio de relatos de episódios difíceis, tristes, dolorosos vividos pela família Mattis. O foco sai da questão de Coy que não se sente pertencente aos ideários de uma criança dita menino e vai para o drama familiar.

Repórter: "A mãe conta que começou a perceber que havia algo diferente quando Coy completou um ano e meio"

Mãe: " No início, a gente achou apenas que tinha um menino que gostava de coisas de menina. Mas, com três anos, ela começou a dizer que era uma garota. Não que queria ser uma, mas que era uma garota, e não um garoto. Quando insistimos que ela era menino, ela entrou numa forte depressão, não queria sair de casa e nem brincar com os amigos".

O repórter continua a mediar a tentativa de comoção e reforça com mais uma informação: "Um ano depois, Coy passou a dizer para os pais que estava no corpo errado, que era preciso reparar esse erro. Os Mathis, então, procuraram ajuda médica, pediatras, psicólogos, psiquiatras, para entender o que estava acontecendo".

Pai: "Eu fiquei confuso. Ela tem um irmão gêmeo, Max, que estava se desenvolvendo normalmente. Até que os médicos disseram que Coy era uma criança transexual".

Para tirar as dúvidas da família Mattis entra a fala da médica.

Psiquiatra: "São pessoas que nascem com um sexo anatômico, mas se consideram pertencendo ao outro sexo. A maioria dos transexuais começa muito cedo a sentir que o seu corpo não é realmente aquele que o identifica. Essa sensação tem que ser constante. Ela não pode ser intermitente, mas ela ocorre o tempo todo".

O repórter exemplifica a explicação da médica: Um caso polêmico é da filha dos atores Angelina Jolie e Brad Pitt. Apesar de nunca terem declarado que a filha é transexual, Shiloh, de sete anos, desde muito cedo faz questão de se vestir como menino, e até de ser chamada como John.

A psiquiatra retoma a fala: "A criança não está fazendo algo errado ou querendo transgredir. Ela se sente com uma identidade que precisa ser levada em consideração e respeitada. É importante que o pai e a mãe saibam que o transexual é diferente do homossexual. O homossexual não quer mudar o seu corpo. O transexual, enquanto não muda, não se sente satisfeito."

Repórter: Foi o que fez a modelo brasileira Lea T, com uma cirurgia de mudança de sexo. Coy vai poder escolher fazer essa cirurgia quando crescer. Hoje, já tem identidade e passaporte com o sexo feminino. Nos Estados Unidos, 16 estados têm leis para proteger os direitos de crianças e adultos transexuais, incluindo o Oregon, onde uma escola já criou banheiros unissex. Uma pesquisa da Universidade da Califórnia calcula que três a cada mil crianças possa ter problemas de identidade de gênero. Por isso, o apoio da família, como acontece com Coy, é fundamental.

Psiquiatra: “Se existe preconceito dentro de casa, como é que essa criança vai poder lidar com o preconceito fora de casa? Mas, se ela tiver o respeito da família, ela vai se sentir mais fortalecida para ser respeitada no seu ambiente social”.

Repórter: É o que Jeremy e Kathryn fazem todos os dias. "As coisas não mudam se você não falar sobre elas. A aceitação vem com o conhecimento. Você não precisa ficar com vergonha porque é diferente. É isso que ensinamos para os nossos filhos. Vocês são especiais exatamente do jeito que são". Os pais caminham para esse respeito para com Coy, e se aproximam de uma visão que converge com as contribuições trazidas pela Teoria Queer.

No capítulo a seguir, irei buscar diálogos com a teoria queer a fim de estruturar uma análise sobre a criança transexual apresentada na vídeo reportagem. A princípio podemos destacar que a tradução da narrativa brasileira se distingue em vários momentos das reais falas dos pais e de Coy. Veremos se esses detalhes e alterações impactam ou não no resultado da reportagem, e se impactam, em que medida isso ocorre.

CAPÍTULO 5. A INVENÇÃO DA CRIANÇA TRANS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA QUEER

Eu tinha sete anos. Desenhei a mim casada com minha melhor amiga, Marta, três crianças e vários cachorros e gatas. Eu tinha imaginado uma utopia sexual, na qual existia casamento para todos, adoção, PMA... Alguns dias depois a escola enviou uma carta à minha casa, aconselhando os meus pais a me levarem a um psiquiatra, afim de consertar o mais rápido possível o problema de identificação sexual. Depois dessa visita, vieram várias represálias. Na escola foi espalhado o rumor de que eu era lésbica. (PRECIADO, 2013, p.3)

A vídeo reportagem sobre Coy abre alguns caminhos para debatermos acerca da criança trans. Podemos destacar quatro elementos principais para serem analisados. A ideia apresentada de Coy aparentemente ser uma criança como outra qualquer; a descoberta dos pais - e do público - por meio de laudos psiquiátricos e pediátricos de que Coy era na verdade uma criança transexual; a explicação biológica do que é ser transexual de acordo com a psiquiatria; o que implica ter uma criança transexual na escola

Para refletirmos sobre a vídeo reportagem recorreremos aos da teoria queer, bem como aos estudos de Michel Foucault. Louro (2009) acredita que o pensamento foucaultiano se configura como uma das possibilidades para estruturar formas de ser e pensar queer e além disso, Foucault foi referenciado inúmeras vezes por Butler, um dos principais nomes dos estudos queer.

A dispersão dos discursos em torno da sexualidade, assinalada por Foucault (1977) incluíam futuramente na teoria queer, as problematizações sobre as dualidades criadas socialmente, reconhecendo a multiplicidade de sexualidades possíveis, e tornando a teoria Queer um espaço receptivo para os sujeitos que não se enquadram e não cedem às normas sociais. (LOURO, 2009).

A narrativa elaborada pelo programa Fantástico apresenta Coy como uma criança aparentemente normal, aponta elementos comparativos, citando as roupas, a cor rosa, as brincadeiras com os irmãos, exibem a figura de Coy, repleta de marcas ditas femininas. Uma delas era recorrente no ensino infantil, pois Coy realizava suas transgressões, e de acordo com a reportagem a escola aceitava. O uso do banheiro era coletivo entre meninos e meninas. O cenário mudou no ingresso para o primeiro ano, onde os banheiros passavam a ser divididos por sexo e Coy foi proibida de usar o banheiro feminino. Essa atitude de controle da escola, dá indícios de que não necessariamente a escola aceitava e respeitava Coy em suas escolhas e vontades, poderiam simplesmente considerar Coy como uma criança fantasiada, vivendo uma brincadeira talvez e o ingresso no primeiro ano marca o fim do brincar de ser menina. A questão em torno da transição de Coy da pré escola para o primeiro ano, remonta as discussões trazidas por Foucault em torno do dispositivo da sexualidade. Coy perde sua inocência e passa a ser visto como um risco em potencial para as meninas diferentes dela, que possuem vaginas e frequentam o banheiro feminino. Coy se torna o menino vestido de menina que pode criar problemas para as “meninas de verdade”. Foucault (1977) apresenta esse movimento de pedagogização do sexo das crianças que tornou-se recorrente a partir do século XVIII e trouxe a necessidade de vigiar a criança na escola e na família e em todas as instituições.

León (2010) aponta que pela disciplina social é exigido que exista uma coerência, uma ligação entre o sexo anatômico e o sexo social e portanto, cada pessoa possua uma identidade sexual única e imutável. Em outras palavras, o fato de Coy possuir um órgão sexual masculino, o torna natural e definitivamente um menino e por isso, Coy deve desempenhar todo o aparato social para meninos, e isso inclui o uso do banheiro masculino. Esse aparato segundo Foucault (1977) se entende pelo grupo de conhecimentos, práticas e instituições que perseguem o sujeito e o moldam de acordo com as expectativas sociais para criar uma masculinidade desejada. Foucault também apresenta a *scientia sexualis* que corresponde às normas que balizam os saberes sobre sexo, determinando o que é verdadeiro, o que é válido, aceitável, normal sobre a sexualidade, referências de verdades analisadas por Foucault que nos possibilitam ver a criação do que vem a ser anormalidade, ou “aparentemente normal” no caso, a criança transexual, que o fantástico apresenta. Quando o repórter afirma que à primeira vista Coy parece ser uma criança como outra qualquer a figura da normalidade e da anormalidade é apresentada ao público. Parece ser uma criança – normal – como outra qualquer.

Coy representa a existência de indivíduos marginais. Butler (2003) aponta que a sexualidade e gênero são construções sociais, e sobretudo são performances que expressam uma identidade produzida. Performances não como um papel representado por atores, mas como a ocorrência de práticas que constituem cada pessoa. Pensar a identidade e o gênero a partir de Butler (2003) significa o desmonte de masculinidades e feminilidades verdadeiras. Nesse ponto de vista, Coy não seria menos menina do que qualquer outra, e o uso do banheiro não poderia ser jamais censurado, uma vez que a criança estaria exercendo a performatividade de sua identidade.

Butler (2003) quebra com o paradigma essencialista de que o corpo é natural, e o compreende como constituído ao passo que a criança é educada pelos meios sociais e esse movimento leva o indivíduo à ser mulher – ou qualquer outra coisa. A autora afirma que é preciso enfrentar a heterossexualidade compulsória por meio da criação de formas subversivas de desordem de gênero. (Butler, 2003) Ao focar sua crítica à concepção de mulher estruturadas pelo feminismo, discorre que “[...] *mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações*” (BUTLER, 2003 p. 59).

Se ser mulher representa um processo impermanente, fluído, Coy não precisaria ser inscrito socialmente nem enquanto menino ou menina. A infância é o início da vida, são

as primeiras práticas e escolhas desse longo processo de construção de identidades e o queer busca viabilizar novas formas de ser não mais rígidas e binárias e estáticas. Neste sentido Butler questiona:

Que performance inverterá a distinção interno/externo e obrigará a repensar radicalmente as pressuposições psicológicas da identidade de gênero e da sexualidade? Que performance obrigará a reconsiderar o lugar e a estabilidade do masculino e do feminino? E que tipo de performance de gênero representará e revelará o caráter performativo do próprio gênero, de modo a desestabilizar as categorias naturalizadas de identidade e desejo? (BUTLER, 2003, p. 198.)

A forma como o programa Fantástico apresenta a transexualidade busca aloca-la numa posição de “terceiro sexo”. Ao relatarmos que a insatisfação contínua de Coy com seu corpo biológico poderá ser sanada com uma cirurgia de mudança de sexo futuramente, para enfim sentir-se pertencente à categoria mulher trans denota essa ideia do trans enquanto terceira categoria de identidade sexual e de gênero. Neste sentido Louro (2016) relembra que o queer representa a sexualidade desviante e que “ [...] é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do 'entre-lugares', do indecível” (LOURO, 2016, p. 8).

Figueiredo (2018) no mesmo sentido compreende que queer carrega duas linhas no mínimo: indica um movimento de existir práticas e formas de ser e viver que não convergem com a heteronormatividade e , num segundo ponto reflete uma teoria que visa estruturar e impulsionar novos dispositivos para desmontar os rígidos padrões sociais, e não tornar-se mais uma categoria padronizada. Esse ponto distingue as concepções trazidas pelos estudos queer, da explicação dada pela psiquiatra da reportagem sobre Coy, porque a psiquiatra apresenta um script – com fundamentações biológicas – que deve ser observado para detectar se uma criança é transexual e ainda diferencia-la do homossexual. No entanto, o gênero por uma viés mutável, fluído, não pode ser separado em verdadeiro e falso. Se Coy diz ser uma menina, ela, imediatamente é uma menina, independente se usará rosa e brincará de boneca, independente de se submeter a procedimentos médicos e cirúrgicos. Coy será menina enquanto quiser ser e da forma que quiser ser. Para a família, para a escola, para os médicos, cabe garantir que Coy seja vista e respeitada enquanto criança e não como uma criança transexual. Afirmar que uma criança é transexual e até mesmo transgênero, partindo dos estudos queer, é no mínimo precipitado. Sendo construções sociais, sendo

performáticos, essa identificação só pode ser afirmada pelos próprios indivíduos. Isso não implica negar a existência do trans e de qualquer outra categoria identitária, mas simboliza o respeito à forma como o próprio sujeito se vê e se apresenta socialmente. Marcar corpos com identidades prescritas, se configura como um ato desrespeitoso e até violento. Coy pode se afirmar enquanto criança trans se, ela assim desejar, mas essa identificação cabe somente à ela, e por quanto tempo desejar. A família, a escola, o público que teve acesso ao caso, precisa romper com a atribuição de rótulos e scripts e enxergar Coy como uma criança não normativa, ou como uma criança queer e principalmente como uma criança em pleno processo de constituição de seja qual for, sua identidade de gênero e sexualidade. Lanz (2017)⁷ em entrevista, indica a pressão social para que os considerados anormais sejam submetidos a processos que os moldem o mais próximo possível da normalidade para serem aceitos, nesse movimento é inventado um novo sujeito.

O problema é que há uma mitologia de que órgão genital define gênero e, até dentro do gueto transgênero, acredita-se que se você fizer cirurgia e virar 100% homem ou 100% mulher, vai se enquadrar. Não vai. E esse é um dos motivos pelos quais eu luto tanto contra gênero: porque o enquadramento de gênero é um princípio jurídico, precisa constar no documento de identidade. Para mudar de nome, tem que entrar na justiça, é uma tragédia. Na sociedade, quem fere o dispositivo binário de gênero é punido, pois é visto como delinquente ou como doente. (LANZ apud FERRAZ, 2017)

A discussão sobre resistência trabalhadas por Foucault, segundo Louro (2009) estabelecem conexões com a teoria queer, uma vez que o movimento de resistir é intrínseco à todas as formas de relação de poder. Sendo assim, agir e pensar queer implica não se acomodar, não aceitar a disciplina regulatória, em outras palavras, o movimento das chamadas redes de poder, que buscam moldar os indivíduos, desencadeia também a estruturação de redes de resistência e subversão. A transgressão da norma vivida por Coy se coloca como uma expressão desse movimento de resistência. Coy é resistência e não uma criança aparentemente normal, ou biologicamente menino.

O falocentrismo têm determinado os caminhos de vida dos indivíduos antes de seu nascimento. Ao identificar um pênis ou, a ausência dele no feto, nos exames de

⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/leticia-lanz-psicanalista-criancas-sofrem-intenso-terrorismo-de-genero-21809795>. Acesso em abril de 2019.

ultrassom dizem: “ é menino! É menina!”. Louro (2004) destaca os processos de masculinização e feminilização de corpos que estão sendo formados. É o que acontece com a maioria das famílias e foi o que aconteceu com a família Mattis. A mãe descobriu que estava grávida de gêmeos meninos. A partir de Butler, Louro (2004) discorre sobre a construção dos femininos e masculinos fundamentadas em características corporais físicas que são socialmente consideradas diferenças e, portanto carregam significações também diferentes. Existe uma linearidade a ser seguida obrigatoriamente:

Sexo → cultura → gênero → sexualidade

Como uma espécie de dogma, esse processo linear coloca o sexo como a-histórico, imutável e binário. O sexo é colocado como determinante do gênero do feto e irá por meio da cultura machista, binária direcionar – controlar – moldar, reprimir – o indivíduo para viver seu desejo, sua sexualidade da única maneira possível dentro desta regra, no caso seria conduzir indivíduos à chamada heterossexualidade compulsória. Como afirma Louro:

As normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual.” (LOURO, 2004, P.44)

A fim de enraizar e proliferar tais normas, investimentos são constantemente feitos, de diferentes formas, nos mais diversos espaços, o tempo todo, em todas as relações, as vezes de forma mais clara, outras de forma mais sutil, mas sempre claros em seus objetivos de produzir em todas as instâncias, sujeitos regulados e limitados.

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos - continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicarlhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. (LOURO, 2004, p.82)

Na teoria esse processo não é passível de mudanças, mas na realidade, quem consegue garantir que não haja desvios, transgressões? Não conseguem, por isso Coy e tantos outros queers (r)existem.

O “desvio” foi constatado. Após tanta insistência de que Coy afirmar ser uma menina e a família presenciar diversos episódios com a criança, resolveram procurar ajuda psiquiátrica e pediátrica e foi constatado: Coy era uma criança transexual. Neste momento é importante destacar que a tradução do fantástico apresenta o conceito transexual, enquanto o áudio original apresenta Coy como uma criança transgênero. Esse detalhe se torna crucial quando a psiquiatra na reportagem, chamada pelo Fantástico, começa a explicar como se identifica uma criança transexual e principalmente, apresenta a transexualidade como um problema vivido pela criança, por não estar satisfeita nunca com seu corpo, segundo a médica, e essa condição poderá ser transformada futuramente quando Coy puder realizar a cirurgia para mudança de sexo.

A psiquiatra procura apresentar ao público um caminho para colocar o ser abjeto o mais dentro possível da normalidade social. Quem garante que Coy continuará se identificando enquanto menina quando crescer?. É possível que sim, mas também existem outras possibilidades. E mesmo se continuar a se afirmam como menina, mulher, a cirurgia não é necessária para validar sua feminilidade. Mas para a sociedade sim. Louro (2000) destaca que a sexualidade é uma questão pessoal e política, construída no decorrer de uma vida inteira e de incontáveis maneiras e não apenas uma.

A esse respeito ainda Louro (2004) retoma as discussões de Butler (1999) no que diz respeito ao caráter discursivo que a sexualidade carrega onde, as normas regulatórias agem e concretizam o sexo dos indivíduos, todavia, esse processo nunca acontece em sua totalidade, isso implica dizer que sempre existem brechas para transgressões e subversões, porque de fato, o queer, não tem por objetivo integrar uma categoria normalizada, tampouco ser tolerado. Ser e pensar queer representa assumir o inconcluso, incomodar e fascinar ao mesmo tempo por não se enquadrar em nem um dos moldes sociais.

É importante apontar que o programa Fantástico não teve por objetivo ser espaço de comunicação para fortalecer o debate trans, queer, e contribuir para que a sociedade se abra à uma desconstrução da heteronormatividade. Foi permitido, e de interesse de um programa de televisão familiar, abordar esse tema com o objetivo primeiro de rentabilidade, de audiência e espetáculo, como é de fato a proposta do Programa, bem como falar sobre uma sexualidade desviante para descobrir sua causa e segundo Louro (2004), as pessoas questionam sobre sexualidade para descobrir se esse “problema” pode ser corrigido.

Sobre a construção do gênero e sexualidade de crianças como Coy, Zanette e Felipe (2017) questionam como considerar se determinadas práticas de uma criança indicam sinais de manifestações de uma transexualidade. De que maneira as instituições lidam com essa criança? A reportagem do programa Fantástico apresenta uma família que apoia, respeita, valoriza a forma como Coy se coloca no mundo, a partir de laudos médicos. Antes disso os pais relataram que não compreendiam o que as transgressões realizadas por Coy representavam, o que cada crise indicava. Não houve compreensão porque não existe diálogo suficiente sobre crianças que fogem às normas sociais, e por esse motivo a família Mattis justificou a exposição de uma criança trans na mídia internacional, ciente de que haveriam distorções, retaliações, ameaças, mas também haveria apoio, respaldo, expansão de um debate e de uma luta que precisa ainda muita visibilidade.

O programa também apresenta uma criança transexual, discriminada pela instituição escolar, a ponto de sair da escola e passar a estudar em casa com os irmãos. Essa atitude da família de Coy exemplifica o quanto a transexualidade torna os indivíduos marginalizados e abjetos. Porém a reportagem não foca na questão da gravidade das experiências excludentes que Coy têm vivido, mas dá ênfase ao processo que Coy deverá enfrentar futuramente para se enquadrar à normalidade e ser aceito. É por esse motivo que o repórter apresenta os exemplos de pessoas símbolos de sucesso, e que ocupam lugares de destaque na hierarquia social, dando a entender que Coy poderá como esses sujeitos, ter uma vida considerada normal.

A atitude da escola perante a Coy foi o ponto crucial de toda a situação, uma vez que fosse respeitado o uso do banheiro feminino, essa situação não teria sido desencadeada. Coy enfrentaria outras situações tensas possivelmente, porque não ser heteronormativo implica o enfrentamento de vários desafios ao longo de uma vida toda, mas talvez outras situações não receberiam o destaque que a proibição do banheiro recebeu. Neste sentido é importante analisar o papel da escola no trabalho com essas questões de gênero e sexualidade.

Louro (2009) atenta para Foucault (1995) em *As palavras e as Coisas* como possibilidade para analisar os discursos e ações regulatórias, os pequenos e sutis detalhes que ajudam a construir um determinado sujeito e tornam o outro abjeto. Esse poder disciplinar que reorganiza o espaço, cria uma hierarquia e um território de vigilância minuciosa entre os sujeitos.

Neste contexto, o espaço do banheiro da escola seria um ponto cego para o funcionamento da rede de poder, tendo em vista que nenhum funcionário poderia desempenhar o papel de vigia do cumprimento das normas e acompanhar Coy e outras crianças dentro do banheiro, e uma criança do primeiro ano escolar, segundo a reportagem, transexual, representa um risco ao cumprimento das normas disciplinares, porque, ela por si só já estaria fora das regras sociais, já representa um desvio à norma imposta. Foucault (1997) também destaca que onde existem relações de poder existe o movimento de resistência, de luta contrária. No caso essa resistência diz respeito à todas as ações da família junto ao advogado para revogar a determinação da escola de Coy.

Em outras palavras a escola desempenhou um papel fundamental no processo de invenção da criança trans que foi apresentada ao público pela mídia. Uma criança perigosa. A proibição de Coy usar o banheiro feminino, representa a instituição escolar reiterando essa norma regulatória dos lugares de meninos e dos lugares de meninas, da intransigência para romper com oposições binárias.

A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se .naturalizar. (LOURO, 2008 p.22)

A atitude da escola, afetou Coy, todas as crianças, funcionários, famílias e todas as pessoas que tiveram conhecimento do caso e participaram direta ou indiretamente desse movimento, uma vez que o impacto do posicionamento da escola pode ter desencadeado mais olhares despertos de telespectadores para vigiar em suas proximidades se as normas estavam tentando ser subvertidas por outras crianças, como também podem ter contribuído para que mais pessoas começassem a questionar e romper com esses aprisionamentos sociais. Zanette e Felipe (2017) problematizam a questão de até onde podemos constatar que a transexualidade é manifestada em crianças, na infância e qual seria a linha tênue sobre compreender essa criança trans ou confundir com práticas organizadas socialmente para o feminino e o masculino.

Para entender a transexualidade, é preciso reconhecer a complexidade existente em torno dos *scripts* de gênero rigidamente estabelecidos no âmbito da sociedade e da cultura que esta produz. Chamamos de transexuais aquelas pessoas que não se sentem alinhadas ao sexo e às expectativas de gênero que lhe foram atribuídas por ocasião do nascimento. Meninos ou meninas que não se reconhecem nesse corpo de nascimento e não se alinham às expectativas

socialmente estabelecidas para o gênero que lhes foi atribuído (FELIPE; GUIZZO,2016 apud, ZANETTE; FELIPE, 2017).

As transformações que esses sujeitos operam em seus corpos ao longo de suas vidas, objetivam proporcionar o sentimento de pertencimento ao gênero que corresponde à sua identificação, minimizando ou desconstruindo o estranhamento de si mesmos. Tais mudanças não são um protocolo aos transexuais, mas são formas de reajustar seu pertencimento social. No entanto esse processo é contínuo, Zanette e Felipe (2017) destaca que a ideia não diz respeito a procurar descobrir e enquadrar crianças em identidades sexuais precoces, e sim atentar para os chamados scripts de gênero que ocorrem desde antes do nascimento.

Analisando a questão sobre a construção discursiva da identidade, sobretudo a de gênero e sexual, por Butler, os sujeitos realizam performances em constantes processos; são construídos, afirmados e transformados pelo que discursam e pelo que praticam. Esse movimento processual sempre deixa em aberto as identidades do sujeito, e torna-se arriscado categorizar qualquer indivíduo em uma identidade permanente, como a reportagem fez com Coy, ao traçar como será sua vida antes e após uma cirurgia de mudança de sexo. A vídeo reportagem cria uma interpretação fixa das normas regulatórias de gênero e sexualidade que Coy antes subvertia da forma que fazia sentido para ela. Coy novamente está presa a uma identidade e a uma norma.

Se o gênero é um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido, a identidade é constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados. A performatividade é um ato que faz surgir o que nomeia e constitui-se na e pela linguagem. Apropriando-se do modelo foucaultiano de *inscrição*, Butler estabelece toda identidade de gênero como uma forma de paródia produzida nas relações de poder. A lei é incorporada e, como consequência, são produzidos corpos que significam essa lei sobre o corpo e através do corpo. **Logo, os gêneros são apenas efeitos de verdade. O conceito de performatividade torna possíveis encenações de gênero que chamem atenção para o caráter construído de todas as identidades.** (ROCHA,2014, p.512)

A manifestação da transexualidade pode ou não ocorrer na infância, não há nada fixo, tampouco pré determinado, crianças de quaisquer idade podem representar apenas subversões dos scripts de gênero quando um menino ultrapassa o limite de suas

designações e brinca de boneca, ou usa rosa, ou ainda, quando uma menina opta por ser o Batman, jogar futebol, lutar, ter cabelo curto. Zanette e Felipe (2017) apontam que quando tais movimentos são apresentados como expressão de um não pertencimento ao gênero de nascença de forma constante, esses indivíduos podem dar início a um movimento de transformação pessoal. *“Essa construção imagética de gênero se dá de várias formas, como, por exemplo, através dos tratamentos hormonais, vestuário e até mesmo o procedimento cirúrgico (cirurgia de redesignação sexual)”*.(ZANETTE; FELIPE, 2017 P.26)

Os autores atentam ainda para a questão de considerar um sujeito transexual independente da realização da cirurgia para mudança de sexo, este é apenas mais um dos possíveis procedimentos que uma pessoa pode escolher realizar em si para sentir-se identificado com o gênero desejado. Essa questão na reportagem do Fantástico é colocada como condição para que Coy se torne de fato uma menina/mulher perante a sociedade.

A reportagem por inteiro altera o que Zanette e Felipe (2017) denominam script da constituição identitária de Coy. A fim de descobrir se Coy continuará sentindo-se pertencente ao feminino e construir sua própria feminilidade, ou se futuramente outras mudanças irão desdobrar-se, é necessário servir como fonte de respaldo e empoderamento para Coy, sem falar por ela, decidir por ela, categorizá-la e esquadrihar um novo pacote de discursos e práticas a serem cumpridas para que ela se reafirme enquanto menina.

Três anos após a reportagem do fantástico, a produtora Netflix produziu um documentário sobre o caso Coy, trazendo novas informações. Dentre elas, a luta da família Mattis durou um ano, a repercussão foi tamanha que a família precisou mudar de cidade. Os pais de Coy se separaram, Coy não queria mais participar das entrevistas e gravações realizadas por emissoras e páginas de diversos países. A família Mattis ganhou a causa e o caso rendeu a criação de uma Lei que garante o uso do banheiro à indivíduos trans no Colorado. Atualmente não conseguimos localizar novas informações sobre Coy. O programa Fantástico por sua vez continua abordando o tema sobre crianças trans. No ano de 2017, o programa apresentou a série “Quem sou eu?” que conta a história de vida crianças e adultos trans e em 2019 a história de Maria, uma menina trans que disputou um torneio de patinação na categoria feminina após a disputa dos pais na justiça, ambas as reportagens precisam ser analisadas em suas singularidades em pesquisas futuras, mas cabe mencionar que todas foram pautadas com

explicações, orientações biologizadas por psiquiatras, pediatras e endocrinologistas entrevistados. Continuando apresentando ao público crianças trans como sujeitos que possuem uma espécie de anomalia, que precisam ser estudadas, medicadas e operadas, medidas, e especialmente identificadas como tais. Em uma sociedade que vive tempos políticos dominados pela extrema direita, os discursos naturalistas, sexistas acabam sendo reforçados, uma vez que o trans se enquadra como anormal.

Assim como Zanette e Felipe (2017) miram um dos possíveis caminhos longos a serem trilhados em busca de uma sociedade mais justa, por meio de ações formativas, debates e problematizações no território acadêmico, na formação de professores, a fim de que esses discursos também sejam cada vez mais dispersos nas redes de poder, chegando à política, à área de saúde, às mídias, às famílias, à cada indivíduo, de uma forma respeitosa, e a escola/academia pode se fazer como espaço para estabelecer o diálogo entre todas essas instituições.

6. PARA FINALIZAR SEM CONCLUIR

A presente pesquisa procurou adentrar no campo dos estudos de gênero e sexualidade, especialmente no que diz respeito às crianças que não se sentem pertencentes às fórmulas generificadas que são prescritas à elas antes mesmo de seu nascimento. Essas crianças têm sido inventadas a partir do não cumprimento com os scripts de gênero. No primeiro momento da pesquisa realizamos um levantamento teórico na plataforma google scholar a fim de levantar produções acadêmicas em diversas áreas e referentes às chamadas crianças transgênero, Localizamos pesquisas entre os anos de 2010 a 2018 e foi possível observar a crescente discussão por essa temática no âmbito acadêmico, no sentido de reconhecer, valorizar e defender a criança não normativa, a criança queer, a criança trans a fim de garantir políticas públicas igualitárias aos direitos desses indivíduos. Pesquisas na área da educação, direito, sociologia, psicologia destacaram a situação de marginalização social vivida por estas pessoas simplesmente por não corresponderem às expectativas sociais, consideradas historicamente naturais e obrigatórias de serem vividas por todos a partir da designação do sexo do bebê. A fórmula biológica de que pênis indica a existência de um menino que irá se relacionar com meninas e reproduzir um script masculino de comportamentos, falas, desejos, sonhos, se reproduz massivamente. A mesma lógica é usada no caso da descoberta de uma menina. No entanto, tal fórmula se mostra falha a partir do momento em que crianças na mais tenra idade manifestam comportamentos, sentimentos, discursos que destoam do esperado, realizam as mais criativas formas de subversões das regras e a partir deste momento são consideradas anormais. A transexualidade/transgeneridade foi considerada pela medicina como distúrbios, disforias, patologias e submetida a limitações muito bem delimitadas a fim de impossibilitar a subversão do considerado normal, a respeito deste aspecto, Louro aponta que as demarcações sobre os discursos de sexo e gênero estão arraigadas em concepções naturalizadas e essencializadora, difícil de romper, criando sujeitos binários, masculino/ feminino, normal e anormal.

Essa configuração criada historicamente da heterossexualidade está associada à normalidade biológica e o que estiver fora disso ser considerado patológico e anormal, é constantemente reiterada em todos os âmbitos sociais. Foucault (1977) indicou a dispersão dos discursos sobre a sexualidade das pessoas. A explosão do discurso sobre esse tema cada vez mais pensado, regrado, esquadrinhado usou dentre muitas ferramentas para regular a sexualidade das pessoas, a mídia.

Jornais, programas de tv, atualmente sites, são responsáveis por levar diariamente à milhões de pessoas, informações que irão nortear e contribuir para a criação e disseminação de práticas e discursos sociais.

Neste sentido, no segundo momento da pesquisa, nos voltamos para um pequeno recorte que representa a mídia televisiva brasileira e nos dedicamos à olhar o que neste recorte era apresentado sobre estas crianças transgressoras das normas. Encontramos o caso de Coy relatado pelo ponto de vista do programa Fantástico, um dos principais programas líder de audiência das famílias brasileiras. Pautadas nos estudos queer, procuramos observar que criança trans era levada ao público. A partir do caso da família Mathis, notamos que a mídia tem inventado uma criança trans.

Crianças trans, não normativas, queer existem. Nem todas as crianças irão se sentir representadas pelos gêneros atribuídos desde seu nascimento, nem todo menino que preferir rosa e brincar de boneca será gay ou trans, bem como nem toda menina que preferir cabelo curto e jogar futebol deseja ser um homem, mas essa possibilidade pode acontecer. Os estudos queer de Judith Butler nos ajudaram a compreender que o gênero não pode ser algo dogmático, imutável, e sim algo fluído e performático, passível de transformações durante toda a vida. A heteronormatividade compulsória existente na sociedade tenta imbuir práticas e discursos de gênero em todos os indivíduos a partir de marcadores sociais e físicos, ao mesmo tempo em que cria espaços para criação de corpos não ajustados à estas normas.

Corpos como o de Coy, que foi proibida pela escola de usar o banheiro feminino após ingressar no primeiro ano, são corpos que esbarram nas hierarquias sociais. Coy assume um papel considerado feminino e esse movimento não se ajusta no que a sociedade espera. No entanto, Louro (2008) destaca que não existe nada que seja completamente natural. O ser homem ou ser mulher, são na verdade formar-se homem e formar-se mulher de forma processual e no âmbito cultural. De acordo com a reportagem Coy aparenta ser uma criança como outra qualquer e poderá resolver seus dilemas de identidade quando for maior e tiver a possibilidade de realizar uma cirurgia de mudança de sexo. A criança trans, Coy, apresentada ao público brasileiro poderá ser considerada normal futuramente, a mídia portanto, apresenta uma criança que pode ser reconhecida como menina, que pode ser tratada para se tornar uma menina “normal”. Na contramão desta lógica criada pela mídia, de normalizar corpos e tentar enquadrá-los ao máximos em binarismos, a teoria queer se coloca como possibilidade para estabelecer diálogos e a construção de práticas que respeitem e valorizem a

singularidade de cada sujeito. Cesar e Sierra (2016) destacam que essa valorização não diz respeito à consolidar um novo modelo identitário, capaz de ser descrito, roteirizado, decifrado e limitado; também não se trata de uma categoria que irá disputar espaços ao lado da comunidade LGBT, ser e pensar queer é justamente não cair nestas armadilhas.

A mídia deu visibilidade de uma situação que ocorre na vida de muitas crianças. Felipe (2006) aponta que a mídia têm se colocado como sendo um dos principais artefatos culturais que dissemina de forma massiva formas de ser menino e menina. Para além da criança trans que segundo o programa fantástico, procura se enquadrar dentro das normas sociais estruturadas para meninas, a escola inventou uma criança trans perigosa. As escolas, majoritariamente, permanecem como lugares da violência, são constituídas como quartéis guardiões das normas de gênero, do corpo e da sexualidade. As práticas cotidianas escolares reforçam que a escola permaneça como um lugar inabitável para crianças como Coy. Contra isso, uma pedagogia queer e suas indagações poderão apresentar um *corpus* teórico fundamental sobre educação, gênero e sexualidade. Louro (2004) indica que compreender essas necessidades talvez seja o grande atual desafio da sociedade, reconhecer que os limites antes designados aos aspectos de sexo e gênero têm sido paulatinamente superados, atravessados, transformados, e ainda, compreender que alguns indivíduos vivem suas vidas exatamente em cima destas fronteiras, criando posições ambíguas de identidades.

Diante deste dilema, faz-se necessário produzir mais pesquisas no campo das diferenças de gênero e sexualidade infantil, bem como formações em todas as áreas de conhecimento, para que o movimento de dispersão de discursos e práticas queer também se expanda e vá tecendo redes, conexões, desconstruções de ideias retrógradas e práticas repressivas e controladoras. Essa pesquisa, longe de criar soluções para uma temática que ainda tem muito a ser descoberta e problematizada, procurou se colocar como mais um material de apoio à todas as pessoas que também resistem e subvertem diariamente o pacote de regras impostas. À todas as crianças que não se contentam em ser apresentadas pela mídia como indivíduos que buscam aceitação e enquadramento em uma nova categoria. Também salientamos a extrema importância de problematizarmos essas questões junto às instituições escolares e equipes de professores e funcionários, tanto nos cursos de formação inicial quanto continuada. A transformação no contexto da escola influenciará em novas práticas pedagógicas que tenham princípios de liberdade e respeito com as crianças que se encontram nas nossas escolas de Educação Infantil.

Neste caminho, tal como Louro (2004; 2012) defendemos que uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, principalmente a convivência com a instabilidade das identidades. Nesta perspectiva, a diferença passa a ser considerada como elemento crucial na constituição de cada pessoa. Não caberia mais uma identidade fixa e rígida. Este seria o grande potencial do queer, usar a incerteza para imprimir movimento à vida dos sujeitos.

A mídia inventou uma criança transexual que necessita de aceitação e que está se enquadrando nos modelos binários de gênero, completando essa mudança quando for possível realizar os procedimentos médicos existentes. Independente de Coy e tantas outras crianças realizarem procedimentos médicos ou não, a mídia e qualquer outra instituição, não podem marcar essas crianças como transexual. Até mesmo ser considerada transgênera pode ser um equívoco, se partirmos dos estudos queer, e compreendermos o gênero como performance e como algo fluído (Butler, 1999). Tais identificações necessitam ser questionadas e problematizadas: transexual, transgênera tem se mostrado insuficientes para quebrar os paradigmas normativos de gênero e sexualidade, e os estereótipos das masculinidades e feminilidades, se configurado muitas vezes como outras categorias esquadrihadas e limitadas. Essas marcas acabam se consolidando como estigmas. Para romper com características identitárias e estereótipos do que representam meninos e meninas parece viável pensarmos na criança queer, na escola queer, currículo queer em uma vida queer. Neste sentido só temos a certeza de que há um longo caminho a ser percorrido, descoberto, transformado e performatizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. **O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido.** Revista *Ártemis*, 2016, vol. 22, no 1.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História I: princípios e conceitos fundamentais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009. __266 p.

BENTO, Nosli César de Jesus. RODRIGUES, Nubea, SARAT Magda. **Memórias da família e escola: relatos de mulheres transgêneras a partir da história oral.** Anais Eletrônicos do IV EHECO, Campo Grande, MS, 2017.

BENETTI, Fernando José. **A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013).** Florianópolis: UDESC, 2013. Monografia de Conclusão do Curso de História.

BUTLER. J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". In: LOURO, Guacira Lopes (O rg.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Trad. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.

CALEGARI, Lizandro Carlos . **A perspectiva queer: apontamentos teóricos .** Revista Guavira Número 6. ano 2009.

CANABARRO, R. **História e direitos sexuais no Brasil: o movimento lgbt e a discussão sobre a cidadania.** Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013) – ISSN 2318-6208

CARVALHO, Rayla do Nascimento. **Literatura LGBT para crianças: analisando a sua inclusão no currículo como uma ferramenta pedagógica .** Anais XII Colóquio Nacional de Representações Gêneros e sexualidades, 2014.

CASSAL, Luan Carpes Barros, FERREIRA, Marcelo Santana. **INFÂNCIAS QUEER: raspas e restos nas políticas de educação.** 4º Seminário Internacional de educação e sexualidade e segundo encontro internacional de estudos de gênero. Vitória – ES, 2016.

CORNEJO, Giancarlo. **Por uma pedagogia queer da amizade.** *Áskesis* , v. 4 , n. 1, janeiro/junho - 2015

DIAS, Diego Madi. **Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento.** Cadernos pagu (43), julho-dezembro de 2014.

DINIS, Nilson Fernandes . **Por uma pedagogia queer**. Itinerarius Reflections, Volume, 2. Número , 2, 2013.

FERNANDES, João Manuel Varela Morais Rocha. **Estereótipos, papéis e atitudes de gênero em crianças de idade pré-escolar**. Minho, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado, 2016.

FELIPE, J. **Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia**. Revista tecnologia e sociedade. 2006.

FERRAZ, Diana. Conte algo que não sei. Entrevista com Letícia Lanz. "Crianças sofrem intenso terrorismo de gênero". *O Globo*. 12/09/2017. p. 2.

FIGUEIREDO , Euridice. Desfazendo o gênero. A teoria queer de Judith butler. Dossiê sáfico. CRIACAO & CRITICA | N. 20 | 2018

FIORAVANTE, Tiago Daniel. **Crianças queer e a representação na mídia brasileira** – Novo Hamburgo, Universidade FEEVALE, Trabalho de conclusão de curso. 2015.

_____. SCHMIDT Saraí. **Um estudo sobre a criança queer na mídia brasileira**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. 3ª edição, Rio de Janeiro, Graal. 1977.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998 LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, Escola e Identidade. Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.25, nº.2, p. 59-75, jul./dez. 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero** : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. 42p. : il.

_____. **Crianças trans: memórias e desafios teóricos**. III Seminário internacional enlaçando sexualidades. Universidade do Estado da Bahia, 2013.

KENNEDY, Natacha. **Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico**. Universidade de Londres/Inglaterra. Revista Cronos. Volume 1, número 2, 2010.

LEÓN Adriano Azevedo Gomes. de **As Artes da Tirania: sexo, Foucault e Teoria Queer** . Árius Revista de Ciências Humanas e Artes v. 16, n. 1/2, 208 p., jan./dez., 2010

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

_____. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto Editora: Porto, 2000

_____. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. Revista: Estudos feministas, ANO 9 542 2º semestre, 2001.

_____. O CORPO EDUCADO Pedagogias da sexualidade Guacira Lopes Louro, Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler Traduções: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte 2000

_____. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, M.; NETO, A.V.(Ogrs.) Para uma vida não fascista. Belo Horizont. Estudos foucaultianos, Autêntica editora. 2009.

_____. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 363-369

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

MACHADO, Frederico Viana, RODRIGUES, Cristiano Santos. **Estado, Ambiente e Movimentos Sociais, Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada.** Coleção Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos. Estado, Ambiente e Movimentos sociais, 2015.

MADALENA, Emanuel Verdade da. **Temáticas Transgênero Na Literatura Infantil** **Temáticas Transgênero En La Literatura Infantil.** Elos. Revista de Literatura Infantil e Juvenil, 4, "Artigos", 2017.

MISKOLCI, RICHARD. DOSSIÊ: **A Teoria Queer e a Sociologia:** o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182

_____. **Reflexões sobre normalidade e desvio social** . Estudos de Sociologia, Araraquara, 13/14: 109-126, 2002/2003

_____. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Teoria Queer:** Um aprendizado pelas diferenças , 2012.

MONTEIRO, Felipe Sávio Cardoso Teles. **Transexualidade infantil na Psicologia:** uma revisão bibliográfica. Revista Manguio Acadêmico v. 2a n. 3a jul/dez 2017 .

_____. Estranhando as Ciências Sociais: **nota introdutórias sobre Teoria Queer.** Revista Florestan Fernandes. Dossiê Teoria Queer. v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014.

MORUZZI, A. B. **A pedagogização do sexo da criança:** do corpo ao dispositivo da infância –São Carlos, UFSCar, 2012, 188p. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MOTT, Luiz. **A construção da cidadania homossexual no Brasil**. Revista Espaço Aberto. Democracia Viva, n. 25, p. 98–103, jan./fev. 2005. Disponível em: . Acesso em: 3 jul. 2013.

NINO, Aldones, PIVA Paulo Jonas de Lima. **O cotidiano escolar e os impactos da teoria queer face à pedagogia heterossexista**. Sapere Aude – Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.501-505 – 1º sem. 2013

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. **Fronteiras, Tensões e Prazeres na Vivência Infante-Juvenil de Gênero: um estudo etnográfico e “mãe-biográfico” a respeito da vivência trans durante a infância**. 18º REDOR, Perspectivas Feministas de gênero: Desafios no campo das militâncias e das práticas, 2014

PATERNIO, Keli Andréa Vargas. **Sexualidade, gênero e o terceiro sexo: a biopolítica dos corpos infantis voltados à normalização heterossexual** Universidade Estadual de Maringá-UEM

PETRY, RODOLPHO, MEYER, DAGMAR ELISABETH ESTERMANN. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa ANALÍDIA**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011

PRECIADO, Beatriz Paul. **Quem defende a criança queer?** .Traduzido por NOGUEIRA, Fernanda Ferreira Marcondes . Jangada: crítica, literatura, artes. n. 1, jan-jun ,2013.

PENAFRIA, Manuela. **O filme documentário. História, identidade, tecnologia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

RICARDO, Hugo Rafael da Silva. **Identidades e Expressões de Gênero: Trabalho de projeto para famílias de crianças com comportamentos de gênero não-normativos**. Lisboa – Instituto Internacional de Lisboa. Dissertação de mestrado. 2016, 71p.

RIOS, Roger Raupp. **Minorias, direitos de crianças e adolescentes: notas sobre o reconhecimento, proteção e promoção nas perspectivas do direito da sexualidade e do direito da antidiscriminação**. Revista Hendu 6(2):Página 16-24, 2015.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *cadernos pagu* (43), julho-dezembro de 2014.

ROCHA, Everaldo, AUCAR Bruna. Fantástico, o show da vida: televisão, convergência e consumo. Revista ALCEU - v. 11 - n.22 - p. 43 a 60 - jan./jun. 2011

ROCHA, Leonardo Coelho. **O caso Ônibus 174: Entre o documentário e o telejornal**. Centro Universitário de Belo Horizonte-UNI-BH. s/d. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentariotelejournal.html#SECTION00030000000000000000>

RODRIGUES, Cássio Moreira, BARROS, Sulivan Charles. **Transexualidade na infância:** reflexões a partir do documentário “meu eu secreto - histórias de crianças trans”. Revista Bagoas, n. 14, 2016.

SALGADO, Raquel Gonçalves. **Em nome dos cuidados, da proteção e da educação:** infância, corpo e gênero como discursos entre professoras da educação infantil . Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SALEIRO, Sandra Palma. **Trans Gêneros:** Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero - Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2013. Tese de doutorado. 412p

_____. **Diversidade de gênero na infância e educação:** contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero. Dossier : Gênero, educação e cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades. ex æquo, n.º 36, 2017, pp. 149-165.

SEIDMAN, Steven (org.) (1996), **Queer Theory / Sociology.** Oxford: Blackwel, 1996.

SIERRA, Jamil Cabral, CÉSAR Maria Rita de Assis. **A criança queer no cinema e as subversões das normas de gênero e sexualidade na escola.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 47-60, Jan./Abr. 2016.

SILVA, Susana Veleda da. **Os estudos de gênero no brasil:** algumas considerações Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Nº 262, 2.000.

SOUZA , Alexandre de Pádua Carrieri . **A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero.** Ram, rev. Adm. Mackenzie, V. 11, N. 3, Edição Especial • SÃO PAULO, SP • MAIO/JUN. 2010 • ISSN 1678-6971 , 2010.

SOUZA, Ismael Francisco de, COSTA Maria Carolina dos Santos. **Educação não binária de crianças e adolescentes e a implementação de políticas públicas para a promoção da orientação agênero.** Seminário Nacional demanda social e políticas públicas na sociedade contemporânea, 2015.

VIANNA, Claudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação:** um diálogo com a produção acadêmica. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual:** perdas, ganhos e desafios.. 2015 Educ. Pesqui. vol.41 no.3 São Paulo jul./set. 2015 Epub 03-Abr-2015

ZACHARIAS, Gabriellen de Oliveira, ALBIERO, Monize Pereira, JAHNKE Letícia Thomasi. **Gênero: uma questão muito além da sexuologia** Anais da semana acadêmica Fadisma Entrements. Edição 13, ano 2016.

ZANETTE, Jaime Eduardo, FELIPE, Jane. **Dos enigmas da infância: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero.** Porto Alegre, UFRGS. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.